**MANUEL I. ABUNDIO DA SILVA**

*Agraciado pelo Santo Padre Pio X com a Cruz de Ouro "Pro Ecclesia et Pontifice"*
*Bacharel em Theologia e formado em Direito, Advogado, etc.*

# Nacionalismo

e

# Acção Catholica

1909

## DO MESMO AUCTOR

**Dever Presente,** brochado . . . . . . . 500

**Direito Ecclesiastico,** 1 volume brochado . . . 1$600

**O Rito Bracarense,** brochado . . . . . . . . 600

**Capital-Salarios** . . . . . . . . . . . 800

**Nacionalismo e Acção Catholica,** brochado . . . 400

# INDICE

*Este opúsculo é escripto por um cathólico e á meditação dos cathólicos offerecido, porque para elles, e só para elles, foi escripto. Quando fôr exposto ao público, deve estar funccionando o segundo congresso nacionalista do Porto.*

*Temos consagrado o melhór da nossa vida á causa cathólica, e como jornalista, quando o éramos, estamos seguro de que não servimos muito mal o partido nacionalista que abraçâmos. Apesar dos annos de serviço — uns vinte approximàdamente, e da fidelidade com que sempre todos nos encontráram no campo cathólico,* **sem em outro jámais nos haverem enxergado,** *reconhecemos a nossa insufficiência e nunca subimos de soldado raso, posto no qual nos conservâmos, e n'elle passaremos á reserva. Se alguma vez occupámos um logar de evidência, não o procurámos: collocáram-nos n'elle, ora a fôrça das circumstáncias, ora a sympathia de amigos que exageráram o valor de alguns pequeninos merecimentos que possamos ter. As mais amargas desillusões da nossa vida só n'esta tarefa de paladino cathólico as temos colhido; e injustiças e desconsiderações, d'aquellas que magôam e muito custam a esquècer, se algumas ha na bagagem dos nossos prémios, não teem a marca de que houvéssem vindo dos nossos adversários em religião e em política. Antes pelo contrário: até a certos jornaes demolidores e anti-cathólicos devemos*

*o inolvidavel obséquio de nos insultarem, uma e mais vezes, signal evidente de que reconhecem que temos limpa a nossa folha corrida e podemos requerer attestado de bons serviços á Religião e á Pátria.*

*Circumstáncias várias forçáram-nos á resolução de não tomar parte activa no Congresso que, de hoje a oito dias, deve abrir as suas sessões, muros a dentro da cidade da Virgem. Mas o que aos cathólicos reünidos nesse congresso poderiamos e quereriamos dizer, apressàdamente o redigimos e damos á estampa n'este opúsculo, que hoje entregâmos á typographia. Não tem as pretenções de ser um estudo completo da história do movimento cathólico em Portugal: pretendemos apenas frisar as suas principaes phases, tomando em cada uma d'ellas aquillo que mais a caracteriza. Factos, não os narrámos com minudências, e apenas dissémos o indispensavel para chamá-los á memória dos cathólicos que devem conhecê-los tam bem ou melhór do que nós. Esmiuçar alguns d'elles seria, por vezes, pôr n'este livro uma nota irritante, e nós procurámos expôr com toda a calma e dar seguranças da imparcialidade do nosso estudo.*

*Se somos um pouco mais áspero nas referências a uma questão recente, e aínda não fechada, é porque o nosso dever de cathólico nos impõe a obrigação de lavrar um protesto vehemente contra*

*a vergonhosa campanha que gente nossa tem alimentado contra os religiosos de Montariol. E no que relatámos, não saímos do que consta de escriptos vários ou do que comnosco se passou, e resistimos ao impulso de referir outras particularidades que não deixáram a attestá-las a lettra redonda.*

*Essa pleiade benemerente de filhos do* **Pobrezinho de Assis** *tem direito a uma solemne reparação. Na sua christianissima humildade, elles não a exigem e ajuntam á corôa dos seus merecimentos para o ceu a resignação com que soffrem os ataques e os enxovalhos dos que estam constituídos na obrigação de ensinarem os outros a venerá-los e respeitá-los. Mas os verdadeiros cathólicos — cremos nós — não pódem recusar-se aos grandes actos de justiça, tenham muito embora de reprovar actos de valiosos companheiros de trabalho.*

*Saïrá do Congresso nacionalista do Porto essa devida reparação, attendendo a que foi em nome do nacionalismo, ou por causa do nacionalismo, que tantos se arregaçáram e chafurdáram na lama com que quiséram conspurcar um convento da gloriosa milícia franciscana? Caso algum dos congressistas se digne ler estas palavras e se atreva a lembrar ao Congresso a dívida em que está para com os sábios e modestos religiosos de Montariol, não deverá perder o ensejo de preguntar a esses*

*nacionalistas, que se permittem desrespeitar frades e espalhar « galgas » contra elles, se é por tal processo que se consegue « o robustecimento do prestígio moral, intellèctual e social do clero », cuja necessidade foi affirmada na 12.ª conclusão do congresso de Braga.*

*Do estudo do que tem sido a acção cathólica, das correntes que n'ella actualmente dominam ou predominam, do estado da nossa sociedade actual, derivámos o que, em nosso entender, deveria ser o nosso movimento cathólico e qual os moldes em que se vasaria para alcançar o sagrado fim que tem em vista.*

*É possivel que sejamos um visionário e que nos perdessemos no mundo das utopias, mas a sinceridade com que escrevemos e o nosso passado,* **todos conhecem,** *dam-nos motivos para esperar que meditem um pouco sobre o que aí vai escripto aquelles que constituem o estado-maiór do movimento cathólico em Portugal.*

*Porto, 7 de novembro de 1909.*

M. ABÚNDIO DA SILVA.

# NACIONALISMO E ACÇÃO CATHOLICA

## I

*A deschristianização do país. — Suas causas: históricas e politicas. — O regalismo. — A concepção d'uma igreja nacional.*

Na grave conjunctura que o país atravessa, a questão religiosa, apenas invocada como uma ameaça no mais accêso d'essa lucta que desfechou com um duplo assassinato de um Rei e de um Principe, está hoje nitidamente posta e ensaia chegar ao recurso extremo da solução a dynamite.

Se, para não secundar (como talvez estivéra planeado) as infámias de Barcelona com outra *semana trágica* nas ruas de Lisboa, os conductores das nossas massas demagógicas logrâram inventar, como derivativo d'uma impaciência cannibalesca, esse passeio até ao parlamento com a correlativa entrega de mensagens anti-cathólicas, certo é que o sangue de Ferrer respingou para Lisboa e veio injectar alentos para collocar máchinas infernaes sob as naves das igrejas.

Não ha que estranhar! do assassínio impune e glorificado de um Rei, pessoa sagrada, á dispersão das Sagradas Fórmas Eucharísticas por meio de uma explosão, não ha distáncia percèptivel para o coração dos miseraveis.

Todavia não se deschristianiza fàcilmente uma cidade de alguns centos de milhares de habitantes que, no inventário das suas tradições, conta os mais admiraveis monumentos de piedade; só por um longo e complexo *processus* social é que um país, como o nosso, chega á desgraçada situação religiosa em que hoje se encontra. Essa propaganda anti-cathólica, para começar, crescer e viver actuàlmente á luz de dia, como se houvésse recebido a sua legitimidade jurídica e social, careceu, evidentemente, que outros lhe preparassem o campo onde se move com tanta liberdade e onde — não ha negá-lo — vai fazendo opima colheita.

A actual crise religiosa de Portugal tem causas históricas e causas políticas: aquellas sam as tendências regalistas que se infiltráram no nosso organismo nacional logo nos primeiros tempos da sua formação; estas, mais vizinhas da nossa idade, devem procurar-se na imprudente confusão que se fez da religião e da política, quando a nossa pátria se convulsionou nas torturas d'uma lucta civil para definir a sua integração governamental.

Ninguem dirá que o escalracho regalista nascêsse nas terras de Santa Maria por geração espontánea: mas a semente, que vinha do direito justinianeu e já déra

alguns ramos frondosos no reino dos francos e nas instituïções do sacro império germánico, encontrou em Portugal jardineiro cuidadoso e solícito em promover-lhe o seu máximo desenvolvimento. O rei quís tambem ser pontífice, e se sobre os arminhos de seu manto não se atreveu a lançar o *pallium* da jurisdicção ecclesiástica, arrogou-se todas as attribuïções que lhe appetecêram sob a rubrica geral de um dever de *protecção* e de um direito de *inspecção suprema*.

Não quere isto dizer que por nossas terras brotassem as heresias e o país não fosse sempre addictissimo ao magistério infallivel do Successor de Pedro: mas o que o Estado pretendia e preparava, era um regimen em que a ligação a Roma fôsse só quanto ao credo, ao passo que, quanto á jurisdicção, se sonhava, á custa de pretendidas regalías da corôa, uma *igreja portuguêsa* autónoma, alguma cousa semelhante a um exarchado grego. N'este ponto, o constitucionalismo não fez mais do que arrecadar a herança do passado: o regalismo não é obra sua, é uma arma que elle encontrou fabricada e que cuidadòsamente guardou no arsenal do seu material de guerra. E em homenagem á verdade, forçoso é reconhecer que tem usado d'ella com menos hypocrisia e com menos crueldade.

Tracejar a história do regalismo português e das relações da côrte com a cúria, excede o plano d'este escripto; mas não é difficil ao estudioso verificar que o antigo regimen passou grande parte da sua vida, senão em rebeldia, ao menos em desintelligências com Roma.

As idêas do partido gallicano, que proclamava a absoluta, ou quasi absoluta, independência dos reis quanto á Igreja, viéram repercutir-se em Portugal, precìsamente

quando a nação desenastrára a corôa dos de Avis da dos de Castella e quando Roma hesitava em reconhecer a legítima realeza do Duque de Bragança. É muito significativo e dá bem a idêa dos extrêmos a que pretendia chegar o connúbio do regalismo indígena com o gallicanismo importado, o modo como se pretendia saír da difficuldade: alvitrava-se a convocação de um concílio nacional, no qual o clero elegesse um patriarcha, que nomearia e sagraria os bispos e presidiria a todos os negócios d'uma *Igreja portuguêsa*. Se a esta se não oppusésssem outras soluções menos radicaes, e sobretudo se a Inquisição não as houvésse condemnado a todas, bem é de presumir que Portugal, caso a convulsão religiosa não tornasse a fazer d'elle uma província de Filippe IV, sería hoje um país schismático. O Marquês de Pombal, encommendando ao Padre António Pereira a *Tentativa Theológica*, não fez mais do que explorar estas tendências do nosso regalismo tradicional.

Foi com esta pesada tara regalista que se estabeleceu o regimen representativo, iniciado com o movimento revolucionario de 1820.

## II

*A Revolução francêsa e a sua influência em Portugal. — Os crimes da Revolução. — Principios bons escondidos no ámago da obra revolucionária. — Como as nações consideravam a Revolução. — Crimes em nome da liberdade. — A crença religiosa e as transformações políticas. — Situação política de Portugal. — O povo e o rei. Fugindo aos francêses e entregando-nos aos inglêses. — Imminência d'uma revolução.*

Um acontecimento da magnitude da Revolução francêsa não podia deixar de ter influência em Portugal. Depois da dictadura pombalina, o país não gozava das liberdades que fôram seu apanágio, e a monarchia tomára uma fórma despótica que nada a assemelhava á monarchia limitada pelas ordens que nos governou até D. João II, nem á monarchia que cumulou o povo de privilégios e ao povo veio procurar a sua fôrça e o seu apoio, como foi essa monarchia que costeou a Africa e fundou um grande império na India.

A França tinha preparado a sua revolução nos mystérios da maçonaria e visava á destruïção do throno e do altar: porisso fez rolar no cadafalso a cabeça do último Capeto e deïficou a comborça de Robespierre na ridícula liturgia do culto da Razão. Todavia na sua expressão theórica, a Revolução consignava princípios de ordem política que, séculos antes, haviam sido proclamados pelo angélico

doutor da Igreja, S. Thomás d'Aquino. Ella, que consignára o princípio da soberania nacional, ficou surprêsa ao saber que já a *Summa theologica* o ensinára quando interpretava o axioma de S. Paulo: *nulla potestas nisi a Deo.* E quando chamou o povo a participar no govêrno por meio do suffrágio, a Revolução dava apenas uma prática realização á doutrina thomista de que todos os cidadãos *devem ter parte no principado.* Mas ao longe, o que impressionou os povos, não fôram uns certos princípios bons escondidos no ámago da obra revolucionária: o que elle viu foi um rei decapitado, as igrejas profanadas e o sangue a jorrar pelo estrado da guilhotina. O povo recuou horrorizado ante os crimes da Revolução, e a palavra *liberdade,* profanada por aquelles que em seu nome commettêram todas ás infámias, soou-lhe aos ouvidos como a trombeta da desordem e da anarchia. A idêa de uma refórma política associava-se naturàlmente a do lúgubre cortejo de execuções, assassinatos, roubos e sequestros. O que não se comprehendia é que se pudésse mudar de govêrno deixando indemne a Igreja, porque a lição dos tempos vinha mostrando que a discussão de idéas políticas carreava comsigo ataques brutaes á Religião. A Revolução era a filha querida da Encyclopédia e esta estava toda synthetizada na blasphémia de Voltaire: *Ecrasez l'infame.* A Encyclopédia fôra apenas a negação da Revelação, e negar esta é destruír a Igreja.

Não se comprehendia, portanto, uma conveniente separação entre a idéa política e a crença religiosa, e assim como se invocava a fé para manter as instituïções existentes, assim se fazia crer que a conservação d'essas instituïções era a garantia única do indispensavel acatamento á Igreja. Verdade seja que a culpa d'esta confusão

não pertencia aos cathólicos, que raciocinavam lògicamente sobre a lição dos factos: a culpa vinha da própria Revolução, que fôra igualmente iconoclasta para o Estado e para a Igreja. O que não quere dizer que a Revolução não fôsse tambem lógica, porque a mãe que a gerou, amamentou-a com um ódio calabrês tanto á Corôa como á Tiara.

N'estas circumstancias qual o cathólico que se atreveria a ir arrancar da montureira revolucionária aquellas pérolas da soberania do povo e da liberdade política?

A lufada das idéas francêsas vergastou tambem a sociedade lusitana, e a situação em que se encontrava o reino, mercê das invasões napoleónicas, era bem de molde a incitar alguns ánimos a procurarem nas idéas novas uma solução para o problema nacional.

O povo acabava de dar o mais extraordinário exemplo de fidelidade que a História nos seus annaes registra. O rei entregou-o á sua sorte fugindo deante do perigo, e o povo que, n'uma odyssêa gloriosa, déra provas sufficientes de que passava bem sem o rei que o abandonára, ao mesmo tempo que salvava a sua independência, defendia a realeza do monarcha fugitivo. Improvisavam-se juntas governativas, mas em nome do príncipe regente; escrevia-se a epopêa do Bussaco, mas saüdava-se com acclamações ao príncipe D. João. Isto prova quam fundas raízes lançou a corôa na alma nacional: o rei é o sublime ideal em cujo nome o nosso povo é capaz de todos os commettimentos. A nação não viria secundar a obra dos conjurados de 1640 se estes, em vez de acclamarem o Duque de Bragança, a chamassem á lucta pela *rèpublica bem portuguêsa* alvitrada

por D. João da Costa; e tambem perante as tropas de Soult e de Massena, se as juntas se lembrassem de depôr o rei, teria integral cumprimento o tratado de Fontainebleau.

D. João VI, todavia, mostrava-se ingrato ao povo eminentemente fiel, e nos ócios do Rio de Janeiro não o assaltava a nostalgia d'este *canapé da Europa* que elle entregára ao usufructo dos mandões inglêses. A nação batêra-se heròicamente para se furtar ao govêrno da França e para conservar o seu rei natural: o que não imaginava é que quebrava as azas ás águias napoleónicas para caír nas garras do leopardo británnico. Para isso, não valia a pena morrer nos campos de batalha e ir cravar as Quinas nas ameias de Tolosa. A revolução tornou-se inevitavel.

# III

*A obra de 1820. — Os revolucionários e a maçonaria. — Caractér exclusivamente político da Revolução de 1820. — Os absolutistas combatem a nova refórma política em nome da religião. — A constituição de 1822 e a Igreja. — Invocação da SS. Trindade. — A apresentação para os beneficios accorda-se com o rigor do direito canonico. — Carácter religioso impresso á eleição da representação nacional. — Os adversários do novo governo estabelecem a confusão entre a religião e a política.*

A obra de 1820 era animada de intuitos anti-cathólicos? Os conservadores, seus contemporáneos, os partidários do absolutismo monárchico, accusáram Fernandes Thomás de pedreiro-livre, e ninguem talvez possa, com verdade, contestar-lhes a affirmação. Resta averiguar se as lojas maçónicas, que prepararam o movimento, tiveram em vista uma revolução religiosa ou apenas um movimento de carácter exclusivamente político. Esses *pedreiros-livres*, que cooperáram na revolução de 1820 e na constituïção de 1822, não pódem ser apresentados como possuídos d'uma phobia religiosa. Elles tinham incorrido nas graves penas que a Igreja fulmina contra os membros das sociedades secretas, mas não nos repugna acreditar que desconhecêssem taes penas, mòrmente recordando-nos de que, ha pouco tempo aínda, um ministro de Estado confessava

não saber que a Igreja lhe proïbia que servisse de padrinho em um duéllo. Esses homens padeciam de regalismo, mas não o inventáram, nem o importáram para o nosso meio: encontráram-no nas leis do passado e não víram que elle fôsse intransigentemente atacado pelos próprios homens da Igreja que, de bom ou de mau grado, se sujeitavam a elle com muito mais docilidade do que hoje. Folheando a legislação dos revolucionários de 1820 e a constituïção de 1822, os diplomas e artigos attentatórios da justa e indispensavel liberdade da Igreja não podem considerar-se um dos objèctivos d'esse movimento, *que foi exclusivamente político.*

Como as responsabilidades do regalismo pertencem ao passado, os cathólicos, como cathólicos, nada podiam objèctar á obra das constituíntes. Sob o ponto de vista político, a constituïção de 1822 era uma monstruosidade constitucional, deprimente para o rei, desajustada ás condições do país, insustentavel até á face dos melhóres princípios do direito público. Combatê-la e revogá-la, era tarefa que cabia aos cidadãos como taes, independentemente da sua crença religiosa. Os absolutistas, que a combatiam em nome da fé cathólica e da independência da Igreja, a si mesmos se combatiam, porque o regalismo que ella continha, era essencialíssimamente o mesmo que o velho regimen forjára e punha em rigorosa prática. Se era por isso que os liberaes de 1820 deviam ser guerreados em nome da fé, então a mesma condemnação teria de abranger tambem os seus inimigos.

Antes a constituïção de 1822 teve um cunho religioso que falta na Carta e não se encontra em nenhuma das ou-

tras leis constitucionaes que vigoram, ou vigoráram, n'este país. Ella foi decretada *em nome da Santissima e Indivisivel Trindade*, invocação de que D. Pedro se dispensou na *Carta* e de que não ha vestígios na constituïção de 1838; e assegurando a liberdade de imprensa e corrigindo os seus abusos, esses *pedreiros-livres*, como fôram e aínda hoje sam apodados, não chamam tribunaes civis a pronunciarem-se sobre a orthodoxia religiosa de um escripto, como hoje succede, e a punirem, por sua auctoridade, os crimes contra a fé; mas, com uma nítida comprehensão do poder episcopal, determinam, n'essa lei que devia ser o código fundamental da Nação, que « quanto ao abuso que se póde fazer da liberdade de imprensa em matéria religiosa, *fica salva aos Bispos a censura dos escriptos publicados* sobre dogma e moral, e o *govêrno auxiliará os mesmos Bispos* para serem punidos os culpados ».

Na boa distribuïção dos benefícios está, em grande parte, a prosperidade da Igreja e da Religião em uma região determinada. Ora ao passo que a Carta Constitucional attribue ao poder executivo a faculdade de nomear bispos e prover benefícios ecclesiásticos, por uma fórma tam vaga que servia para cobrir todas as usurpações, os liberaes de 1820 redigem este assumpto com uma notavel precisão, sem menoscabo da independência da Igreja e dos direitos que outrem legìtimamente tivésse adquirido. Com effeito, no art. 123.º, a constituïção de 1822 attribuía ao rei a faculdade de « apresentar para os bispados precedendo proposta tríplice do conselho de Estado, e *apresentar* para os benefícios ecclesiásticos *do padroado real* curados ou não curados, precedendo concurso e exame público perante os prelados diocesanos ». Ora a apresentação dos Bispos

pelo govêrno era uma prática legítima reconhecida pela Santa Sé: e quanto á apresentação nos benefícios menóres, as constituíntes sàbiamente a limitavam aos que eram do padroado real, e n'isto não faziam a menór violência aos cánones, porque estes sam os primeiros a reconhecer tal apresentação como um dos principaes direitos inherentes ao padroado. O que os maçães de 1820 não fizéram foi avocar para o govêrno a *nomeação* de todos os benefícios, tanto d'aquelles cuja nomeação era sìmplesmente do bispo, como dos outros que andavam no legítimo padroado de mosteiros e de particulares.

Depois, não póde deixar de impressionar o modo como foi collocado debaixo do divino patrocínio o acto mais importante dum regimen representativo — a eleição dos deputados. Antes de se proceder aos trabalhos eleitoraes, os eleitores assistem á missa do Espírito Santo para solicitarem da Sabedoria infinita o esclarecimento indispensavel, e finda a missa, é a Igreja, que pela voz de um dos seus ministros, adverte o povo da gravidade do direito que vai exercer. É de accordo com o párocho, o ministro de Deus, que o presidente propõe ao povo os escrutinadores e os secretários da mêsa eleitoral; e acabada a eleição, quando estava terminada a mais bella demonstração da liberdade de um povo, a constituïção ordenava que, na igreja principal, se entoasse o *Te-Deum*, o admiravel hymno de acção de graças ao Senhor absoluto dos destinos dos reis e das nações.

Ao recordarmos como legislavam, ha 80 annos, esses liberaes, contra quem Faustino da Madre de Deus convidava o povo a voltar «os seus honrados sachos, cajados, fueiros, enchadas e fouces roçadouras» assalta-nos o desejo de

que os conservadores de hoje fôssem da mesma estôfa dos amaldiçoados *pedreiros-livres* de 1822.

A refórma política não peorava, pois, a situação da Igreja em Portugal, mas os seus adversários combatiam-na em nome da religião. Recordar que a pátria portuguêsa se organizára com o concurso das côrtes e que até D. João II fôra uma verdadeira monarchia representativa; fazer ver que, ao depois, os monarchas não se dedignavam de governar com um largo espírito democrático que permittia ao povo admoestar D. Manuel I pelo fausto em que vivia e fechar a porta da Casa dos Vinte e Quatro a um emissário de D. Pedro II — era carrear as suspeitas de mação e pedreiro-livre, era como que confessar-se solidário com as protérvias da revolução francêsa. Os partidários do regimen absoluto não comprehendiam que princípios similares aos fundamentaes da constituïção francêsa, fôram muito antes acclamados em Portugal e que o assento das côrtes de Lisboa, que sanccionáram a realeza de D. João IV, foi a consagração jurídica do princípio da soberania nacional e da superioridade da nação ao Rei.

Mas o máu caminho estava aberto: d'oravante a refórma política passava a ser combatida e amaldiçoada em nome do catholicismo. Tristes fôram as consequências.

## IV

*A implantação da Carta. — D. Miguel e o sentimento cathólico do povo português. — Os padres e os frades animam a guerra fratricida. — Os constitucionaes forçados á defêsa: os ataques ao clero. Extincção de dizimos, e suppressão de padroados A roubalheira dos conventos. — Religião e legitimismo. — O renascimento cathólico e a segurança do throno. — A lei de 1833. — Os benefícios e as clientellas partidárias.*

Veio a Carta Constitucional outorgada por D. Pedro e discutiu-se com as armas na mão qual o legítimo titular do throno português. Para sustentar a legitimidade do infante D. Miguel bastava a serêna crítica do procedimento do príncipe D. Pedro, e acima de tudo o argumento decisivo de que a nação é sempre livre de mudar de rei, depondo-o pelas fórmas estabelecidas em direito. Mas os partidários do systema que tinha como supremo representante o infeliz Príncipe que resgatou no exílio todos os seus erros e os dos seus amigos, entendêram que haviam de dardejar contra os partidários do imperador as censuras e as excommunhões. A *Carta* era de mações e D. Pedro o seu chefe. O clero distinguia-se principàlmente nos ataques mais rudes aos defensores da carta, e quem se transportar a este duello collossal, reconstituíndo o scenário e fazendo reviver as personagens, sentir-se ha possuído da

convicção de que a Igreja e D. Miguel eram duas causas tam intimamente alliadas que uma não podia caír sem a outra.

Não se póde crêr que a gente que erguia em seus escudos a periclitante realeza do príncipe que usurpára o Brasil á corôa portuguêsa, tivésse melhór ou mesmo iguaes sentimentos religiosos, comparada com os legisladores das constituíntes de 1822. Mas essa gente era sufficientemente habil para não hostilizar a Igreja, pois bem sabía que hostilizá-la era comprometter, ou pelo menos, retardar o seu triumpho.

Todavia na lucta dos dois príncipes escoáram-se mêses sobre mêses e não se tornára difficil verificar que era o clero quem, pela sua influência, mais radicava na alma das multidões um grande amor, um verdadeiro culto pelo príncipe D. Miguel. Em vez de procurar a paz, o clero fomentava a guerra: a sua propaganda contra os cartistas era pertinaz e infatigavel e toda a fôrça de que a Igreja dispunha estava ao serviço do príncipe que os Três Estados haviam jurado rei. Nos bispados, nos canonicatos, nas paróchias, apresentados por D. Miguel ou aínda por seu pae, os padres eram na sua grande maioria miguelistas encarniçados, e combatiam, em nome da religião, a realeza da princeza do Gran-Pará.

Os liberaes fôram assim provocados a dar profundos golpes n'esse clero que era o nervo da guerra que supportavam. Começáram por cercear os proventos dos seus mais irredutiveis adversários abolindo os dízimos, principal fonte de receita; e promettendo em troca uma indemnização, exceptuáram logo os *indivíduos que se tivéssem tornado indignos d'esta mercê*, o que traduzido em

linguagem mais comprehensivel, significava que ficavam para sempre espoliados os que se conservassem ao serviço de D. Miguel. Para perseguir todos os apresentados por este príncipe, que eram outros tantos sustentáculos da sua corôa, déram-se como vagos os respéctivos benefícios sem excèptuar os bispos confirmados pela Santa Sé; e para que só o novo govêrno pudésse escolher os beneficiados e preparar um clero parochial da sua feição, declaráram-se extinctos todos os padroados, como se nunca tivéssem existido. A extincção dos conventos foi a corôa d'estas medidas tomadas mais por um instincto de defêsa de que por um plano preconcebido de opprimir a Igreja.

Os cathólicos começáram, portanto, desde logo a sentir as lamentaveis consequências de patrocinarem um partido político em nome da Religião.

Quando depois se começou a luctar para que se restituíssem á Igreja as liberdades roubadas, quando se ergueu voz a favor dos conventos, quando se puséram em evidência os desastrados resultados do poder temporal avocar a si a apresentação em todos os benefícios, o poder constituído auscultava no coração nacional aínda fortes pulsações pelo Príncipe Proscripto e considerava sempre todo o renascimento cathólico como o prelúdio de novos ataques ao throno constitucional.

Depois que este throno se firmou, organizáram-se as clientellas partidárias, e o decreto de 1833, que extinguiu os padroados e centralizou no poder executivo as nomeações para todos os benefícios e emprêgos ecclesiásticos, passou a servir, ás mil maravilhas, para prebendar uma

multidão de indivíduos que, fortes com as protècções políticas, se propuséram ao sacerdócio com os mesmos intuitos com que iriam a Coímbra buscar uma formatura para serem delegados do procurador régio ou officiaes d'uma secretaría de Estado. Para os cargos ecclesiásticos deixou de ser motivo de escolha a dignidade resultante do zêlo pastoral, da virtude comprovada e da sciência indiscutivel: párochos e cónegos passáram a fazer-se no ministério da justiça, não consoante as necessidades da Igreja, mas conforme os interesses partidários. Um párocho em Portugal é, por via da regra, uma potência eleitoral, e portanto no concorrente ás paróchias, o ministro deixou de ver o padre com as suas virtudes ou os seus defeitos, para attender só ao correligionário, prompto a pôr ao seu serviço o prestígio do seu cargo. E assim o decreto de 1833 foi a base da lei de 1845 que tirou aos bispos a devida e necessária independência no govêrno dos seminários, e do decreto de 1862 que vedou aos prelados a faculdade da livre escolha dos seus cooperadores.

Eis como se filia lògicamente no regalismo histórico e nos exageros dos cathólicos envolvidos nas luctas políticas a actual situação jurídica da Igreja em Portugal.

## V

*O livre-pensamento. Sua importação. — A educação religiosa de ha trinta ou quarenta annos. — Enervamento geral. — Decadência do clero: falta de zêlo e de piedade. — O clero e as idéas demolidoras. — Pequena illustração. A sciencia dos seminários e uns duzentos annos de atrazo. — Provimento de beneficios: cánones e regalias da corôa.*

O progresso e o aperfeiçoamento dos meios de communicação pôs-nos em relações constantes com os focos do livre-pensamento europeu. Quando sem estradas, sem caminhos de ferro e sem telégraphos, tínhamos de nos socorrer do nosso próprio engenho para legislar e obtemperar ás necessidades occorrentes, tivémos a nossa originalidade na sciência, na arte e na indústria; mas desde que começámos a conhecer o estranjeiro, dispensámo-nos de pensar e tornámo-nos em uns incorrigiveis imitadores.

O jacobinismo anti-religioso é uma importação. Começou-se por ter horror á piedade fervorosa, passada á categoria de cousas dignas de troça sob o nome de *beatério*. O homem que, em matéria de religião, fizésse mais do que áquillo a que era estrìctamente obrigado pela *lettra* dos mandamentos da Igreja, passou a ser considerado *jesuita*; e a mulhér que se permittisse ouvir uma missa ao dia de semana e confessar-se meia dúzia de vezes por anno, era

apodada de beata, hoje *canastra*, na linguagem typica de certos *cathólicos pelo cérebro e pelo coração.*

Desenvolveu-se nas famílias uma educação religiosa muito especial. Os filhos eram educados na rigorosa observáncia do preceito de assistirem á missa aos domingos e dias santificados, de se confessarem e commungarem *uma vez* em cada quaresma, e de darem graças a Deus no fim do jantar e da ceia: havia o maiór respeito pela procissão do Senhor dos Passos ou do Enterro, e os maridos e paes compraziam-se em ver suas esposas e filhas juizas e mórdomas d'uma magnificente festividade á Virgem da Conceição com a competente novena. Em todas as casas havia um oratório com a imagem de Jesus crucificado, diante da qual ardia uma alámpada todas as noites: de manhã ao levantar, de noite ao recolher ao leito, todos faziam o signal da cruz, e nas horas attribuladas da doênça, offertava-se um voto á Virgem ou a um santo que era religiòsamente cumprido. Mas fóra d'isto não se admittia mais nada. Ai da donzella que se atrevesse a revelar que se sentia attraída para vestir um hábito! ai do mancebo que manifestasse o propósito de se confessar todos os mêses! A tocante devoção do mês de maio foi olhada com desconfiança e os tríduos e novenas ao Coração de Jesus afiguraram-se um manejo de occulto alcance. N'essa educação, *que aínda em muitas casas se encontra,* a religião era graduada com a precisão com que um pharmacêutico pésa o remédio que tem de manipular; e esse mínimo que se lhe reconhecia, apesar de rigoròsamente observado, praticava-se materiàlmente: era mais um hábito que um sentimento.

Nem o próprio clero escapou a este enervamento geral. Para muitos, o benefício era um emprêgo: iam á igreja como iriam a uma repartição, e entendiam que dizendo missa ao domingo, levando os sacramentos a um enfêrmo quando os iam chamar, e fazendo os baptizados e os casamentos, estavam cumpridos todos os deveres do párocho. Ir visitar os doêntes para tentar todos os esforços afim de que nenhum morresse sem sacramentos; diligenciar legitimar as uniões illícitas; ensinar a doutrina ás crianças e aos rudes; fazer a homilia á estação da missa conventual — não eram cousas que preoccupassem tantos e tantos pastores que avaliavam do estado da sua frèguesia apenas pelos rendimentos da côngrua e do pé de altar. Em muitas partes, principàlmente nas grandes cidades onde as correntes demolidoras eram mais fortes e onde os fieis mais careciam de ser amparados e fortificados, succedia que o próprio procedimento pessoal dos párochos tinha de ser apresentado como um exemplo que ninguem devia imitar. As palavras movem e as obras arrastam: as de certos pastores arrastavam apenas para fóra da Igreja, para fóra do espírito de piedade.

As idêas demolidoras entráram a fazer prosélytos e os pastores nada fizéram para lhes embargar o caminho, antes muitas vezes succedeu que para dentro do redil vinha como pastor o próprio lobo. Contra os primeiros discursos e escriptos de propaganda anti-cathólica, o padre português nem prègou nem escreveu. Deixou que suas ovelhas ouvissem e lessem todas essas doutrinas insidiosas e deletérias e não lhes propinou o antídoto. Elle próprio as leu, e não soube, muitas vezes, ser superior ás suas seducções. Não viu que á missa iam diminuindo os assistentes e aos sacramentos

rareando a frequência, porque não sentiu diminuïção na côngrua e no folar, nem no réddito de casamentos, baptizados e funeraes.

E outros sacerdotes, a quem confrangia o coração a invasão anti-religiosa, sentíram-se desarmados perante ella, porque a sua illustração era menos do que medíocre para satisfazer ás exigencias do seu tempo e á naturêsa dos novos ataques. Um rapazola do lyceu reduzia um párocho ao silêncio com uns vernizes de História falsificada e com umas tinturas de geologia e paleontologia! O seminário déra ao clero umas fórmas syllogisticas para responder a clássicas objècções de velhos heréticos, mas não lhe dissera uma palavra contra a negação ousada de todos os dogmas, contra a explicação naturalista do universo, contra a nova e falsíssima phase da orientação scientífica; fizéra-o decorar uma lista de factos históricos e não o habilitára a philosophar sobre as épochas históricas e rythmos sociaes. O bom padre, esmagado por uma objècção, recorria á sua estante, tornava a folhear os livros que fôram o manancial da sua bagagem scientífica, e esses livros eram frios e mudos, porque tinham vivido com uma geração enterrada ha mais de cem ou duzentos annos.

O estado geral do clero tinha uma cabal explicação no modo como era recrutado e como eram providos os benefícios. Os ministros, quando não eram manifèstamente indifferentes á religião ou seus declarados inimigos, não passavam de cathólicos de meia côr, ignorantes do próprio credo, desconhecedores da organização e da disciplina da Igreja: eram elles quem, pela apresentação, escolhiam os páro-

chos, e como dissémos, usavam d'esta faculdade, não com os olhos nos interesses superiores da Religião que diziam professar, mas nos do partido que sobre tudo e contra tudo serviam. Constituiu-se assim um clero falto de espírito sacerdotal e de devoção religiosa e cívica, commodista e interesseiro, sem a noção dos seus pesados deveres e das suas tremendas responsabilidades. Quando o Estado o sobrecaregava com obrigações civis, quando alguma confraria ou frèguês se mostrava menos respeitador dos seus direitos, o párocho levantava-se e escudava-se nos cánones e no Tridentino; mas se em nome d'esses mesmos cánones, alguem lhe recordava deveres e o prelado pretendia coagí-lo ao seu cumprimento, então aos cánones e constituïções que se invocavam, oppunha elle as leis do reino e todas as reaes ou phantásticas prerogativas d'uma Igreja lusitana.

Em resumo: tivémos, em pleno constitucionalismo, um período, felizmente curto, no qual o nosso clero, em geral, não se impunha nem pela sciência nem pela virtude.

## VI

*A instrucção da juventude. — Os erros historicos: como se ensinava a historia contemporánea. — O estado de facto: os legitimistas sam os unicos que defendem os direitos da Igreja. — Accentúa-se a confusão da religião com a política. — Intervenção inevitavel do Papa: « É êrro pernicioso fazer servir o nome da religião para patrocinar partidos politicos ». — A anemía da sociedade portuguêsa. — Urgencia de saír d'este estado.*

O padre é o sal da terra e a luz do mundo: ora com este sal e com esta luz, se fez ha trinta ou quarenta annos a educação da mocidade d'esse tempo. Não havia aínda correntes demolidoras e preversas tam fortes como as de hoje, e o livre-pensador ou o atheu professo era um ser raríssimo que a execração pública não deixava manifestar-se. O maiór insulto que podia fazer-se a um homem, era chamar-lhe maçónico. Mas na escola, ministrou-se á juventude uma falsa história. A inquisição era dada como obra de jesuítas e frades, os acontecimentos da lucta fratricida narravam-se ao sabor das conveniências do regimen vencedor, e de verdade, n'este ponto, quasi só se dizia que os frades e os padres eram os grandes caudilhos do príncipe vencido, e portanto, os alumnos concluíam que fôram tambem elles os causadores, directos e indirectos, de todas essas scenas tétricas de execuções e assassinatos que os

mestres attribuiam ao *monstro usurpador*, com o meticuloso cuidado de encobrir o que, na mesma especie, pagáram os liberaes, e sem dizerem que sobre o peito do célebre João Brandão assentava uma commenda em recompensa dos altos serviços de ter morto algumas dezenas de legitimistas.

Ao mesmo tempo que se deturpava miseràvelmente o carácter do rei deposto, inoculava-se a idêa de que o fervor religioso, a piedade e a defêsa dos inauferiveis direitos da Igreja, equivaliam a minar o throno constitucional e a preparar o advento do Príncipe proscripto, com a correlativa negação da liberdade civil e política. E como a dar razão a este falso supposto, vinham os factos mostrar que a imprensa cathólica era em geral legitimista, que os indivíduos de mais notavel piedade eram amigos lealíssimos de D. Miguel e que era quasi exclusivamente pela penna e pela voz de miguelistas que se criticava a situação que o constitucionalismo tinha criado á Igreja e que se gritava àlerta contra os symptomas, cada vez mais manifestos, de deschristianização geral e de enfraquecimento do espírito religioso.

Por seu lado o legitimista não fazia nada para estabelecer uma conveniente distincção entre a Religião e a politica: ao mesmo tempo que se esforçava por demonstrar que só dentro do velho systema governativo é que a Igreja podia reconquistar a sua legítima superioridade, defendia a realeza de D. Miguel com as justas queixas de Gregório XVI, sem tratar de ver se o Papa condemnava apenas as leis anti-cathólicas do gabinete de Lisboa ou se

tambem se pronunciava a favor d'esta ou d'aquella fórma de govêrno. Não vai longe o tempo em que os legitimistas se recusavam obstinàdamente a qualquér entendimento em um movimento cathólico fóra das suas reclamações políticas e dynásticas. Com quanta razão, pois, não endereçava o Papa, em 1886, aos bispos de Portugal, estas palavras que hoje, como hontem, continuam a ser d'uma flagrante opportunidade: ...«é pernicioso o êrro d'aquelles que «não distinguem bem os negócios sagrados dos civis «e... *fazem servir o nome da religião para patrocinar «partidos políticos.* Empregando, portanto, a prudência e «a moderação que convem, não só *não haverá d'aqui em «diante logar para suspeitas*, mas ver-se ha, àlem d'isso, «corroborada esta harmonia dos cathólicos, que tam arden- «temente desejâmos. *Se no passado foi difficil conse- «guí-la, deve isso attribuir-se, em grande parte, a que «muitos, mostrando-se talvez mais ferrenhos nas suas «opiniões do que convinha, julgáram não dever desistir «em nada e por nada da adhesão ao seu partido.* Ora, «aínda que se não possa reprovar esta adhesão, sempre que «não ultrapasse certos limites, não é menos verdade que «é um grande obstáculo á realização d'esta concórdia «suprema tam desejada».

Do exposto resulta que a sociedade portuguêsa de ha poucos lustros não offerecia, em geral, nenhumas condições de resistência contra a propaganda anti-cathólica posta com extraordinário vigôr pela maçonaria em todas as nações. A grande maioria do povo tinha uma fé tíbia, cumpria machinàlmente o minimo de práticas religiosas

prescriptas pela Igreja, e era d'uma lamentavel ignorância em matéria de religião. A mocidade, que deu os dirigentes de hoje, foi educada fóra de toda a verdadeira piedade, dominada pelo preconceito de que todo o avigoramento da fé e o reconhecimento da liberdade da Igreja aluïria as bases do govêrno representativo; o clero, por seu lado, vivia como alheio á tempestade que se encastellava no horizonte, e longe de fazer alguma cousa para a conjurar, fez muito mais que o preciso para a attraír.

Em uma palavra, a sociedade portuguêsa estava anémica: o seu organismo não tinha fôrças para resistir ao contágio do indifferentismo de uns e ao virus da impiedade de outros.

Mas era preciso reagir, custasse o que custasse. Era preciso organizar um movimento cathólico superior a toda a suspeita de tentar subverter a ordem política e a dynastia reinante.

## VII

*O renascimento religioso. — As ordens e congregações religiosas — Eleva-se o estado do clero. — A questão politica e uma encyclica de Leão XIII aos francêses: legitimistas e só cathólicos. — Uma lucta eleitoral.*

O que o clero secular não fazia, começaram fazendo-o as ordens religiosas que, por diversos modos, se fôram restabelecendo no reino. Os franciscanos, os dominicanos e os jesuitas despertáram, aqui e ali, o espirito religioso, desentulhando o brazeiro da fé do grande monte de cinzas que sobre elle se tinha acumulado. Graças aos seus esforços, começou a desenhar-se uma opinião cathólica, um movimento cathólico que, nem directa nem indirectamente mergulhava as suas raízes nas contendas politicas do passado.

A sua acção christianizadora sobre os leigos em breve attingiu tambem o clero secular. Os párochos, principalmente nas aldeas, nas villas e nas pequenas cidades, tornavam-se mais zelosos e nenhum embargo punham ás missões dos regulares; os seminários começáram tambem a formar um novo clero de melhór espirito e de maior illustração.

Póde dizer-se que nada estava feito e que foi preciso fazer tudo.

O primeiro trabalho era aviventar o espirito de piedade, chamar de novo os fieis ao templo, á prédica e aos sacramentos. Criou-se um *meio cathólico*, uma sociedade cathólica, que se reunia nas assembleas mensaes dos *terciarios* e nas praticas devotas do *Apostolado da Oração*. Ergueu-se um pouco o nivel religioso de muitas familias, mas não se espancáram ainda alguns preconceitos que obscurecem a intelligencia e tolhem a vontade. Mas o que é certo é que, n'este campo de actividade e de combate chamado o movimento cathólico, começáram a apparecer trabalhadores e combatentes.

Todavia, tam profunda era a união, ou antes confusão da causa religiosa com a causa política que, precisamente quando se organizavam estas primeiras forças cathólicas, sacudia o legitimismo o seu torpor e dava signaes de vida, chegando até a descer outra vez ao campo das luctas eleitoraes, do qual parecia ter desertado ha muitos annos.

Fazia o legitimismo esforços para encaminhar em seu proveito o novo movimento, quando Leão XIII dirigiu aos francêses a celebre encyclica convidando os cathólicos a adherirem á républica e a christianizarem-na. A encyclica deu grande brado nos países que, como a França, tinham na sua politica o nó górdio de uma questão dynástica, e não foi das menos acaloradas a discussão que se travou em Portugal, entre os partidarios da legitimidade dynastica e os novos caudilhos do movimento cathólico.

Aquelles sustentavam a todo o transe que a encyclica nenhuma applicação tinha a Portugal, porque em França não havia questão dynástica visto o rei legítimo, o Conde

de Chambord, ser o último da sua dynastia, e os Orleães representarem apenas a monarchia revolucionária. Do outro lado encastellavam-se os argumentos para demonstrar a applicabilidade da encyclica a Portugal, para provar que o cathólico português tinha tanta obrigação de adherir á monarchia constitucional como o francês de adherir á républica; e nos exageros, que parecem ser condão dos nossos propagandistas, surgiu até um livro tendente a demonstrar que não era lícito ser legitimista. D'um lado vivia-se aferrado ao velho êrro de que só os súbditos do sr. D. Miguel podiam ser bons cathólicos; do outro lado exigia-se ao cathólico que fôsse só cathólico, e nada quisésse com a política, embora, contradictòriamente, se pretendesse impôr-lhe a obrigação de adherir á monarchia constitucional que, evidentemente, é uma idêa política. Os legitimistas chamavam hyperpapistas aos seus novos adversários, que lhe surgiam dentro do próprio campo cathólico, onde estavam acostumados a ver apenas correligionários; e *hyperpapistas* queria dizer mais papistas de que o Papa, porque davam á encyclica aos francêses uma extensão que o Papa lhe não déra.

E n'esta conflagração de idêas, quando as urnas se abríram para recolher os votos dos cidadãos, as fôrças cathólicas apresentáram-se divididas para disputarem uma candidatura por accumulação, visto que eram aínda tam poucas e tam dispersas que não podiam supportar a lucta em um círculo determinado. Os legitimistas apresentáram a candidatura do Dr. Pinto Coelho, a grande águia do fôro, o heroico defensor da irmã Collecta; os só-catholicos,

os cathólicos sem mais nada, como a si-mesmos se chamavam para se distinguirem dos cathólicos legitimistas, oppuséram ao Dr. Pinto Coelho, o nome de D. José Saldanha de Oliveira e Sousa.

Escusado é dizer que nem um nem outro venceu. Ninguem soube procurar a indispensavel união, ninguem soube ceder em ordem ao fim primário da defêsa dos direitos da religião: os *só-cathólicos* não admittíram que fôssem representados em côrtes por um grande vulto que podia ser um Windhtorst, mas que tinha para elles o defeito de ser legitimista; os legitimistas, por seu lado, não toleravam que o catholicismo fôsse servido no parlamento por um homem estranho ao seu minguado corpo politico.

---

## VIII

*A nova divisa: «tudo á religião, nada á politica». — Falsa concepção do que é um movimento social. — Ao movimento catholico tem faltado um organizador.*

A discussão á roda da encyclica e o desastre eleitoral provocado pelo desaccordo com os legitimistas, confirmou no novo movimento cathólico uma orientação que, á fôrça de querer ser conciliatória, era, sob o ponto de vista social, pouco mais que esteril. Adoptou-se uma divisa que encerrava todo o programma: *Tudo á religião e nada á politica.*

Isto podia ter uma certa utilidade prática, se os cathólicos, abandonando o campo politico, *mas só provisòriamente*, soubéssem conceber uma larga acção social.

Uma acção social não se improvisa: tem de ser prèviamente delineada, após um conhecimento profundo das grandes questões sociaes e do meio em que ha de actuar-se. Este elemento intellectual faltou sempre, e falta ainda, no nosso movimento cathólico. Nós não queremos dizer que a Igreja não tenha ao seu serviço em Portugal grandes e enormes talentos; o que queremos dizer é que o movimento cathólico foi e tem sido uma obra impulsiva, uma obra de sentimento, sem ser até hoje repassada d'uma

forte corrente intellectual. Começámos pela phase affectiva, e n'ella nos conservâmos.

Não basta estabelecer dogmàticamente a superioridade da Igreja é demonstrar com argumentos de ordem theológica a preferência do fim espiritual sobre o fim temporal. Esses processos de propaganda não calam no âmago de uma sociedade deschristianizada; para comprehendê-los e sentí-los, é preciso crêr. Os meios não devem ser ajustados ao fim apenas theoricamente; é necessário que tenham tambem uma congruência prática, uma efficácia objectiva. Uma sociedade deschristianizada é um organismo doênte, e para curar um enfermo nenhum medico se contenta com fazer-lhe uma prelécção de pathologia, antes estabelece uma therapeutica e um processo de cura.

Aos homens cujo espirito está imbuído de generalidades, theorias e systemas, falta-lhes geralmente o *tacto* nas suas relações com a phenomenalidade social, porque lhes escapa a *realidade* das cousas e das fôrças com as quaes devem estar em contacto. O culto exclusivo das idêas abstractas, as paixões e as tendências ideológicas de nossos dias, perturbam muitas vezes a clara visão do verdadeiro estado social. Não devemos esquècer que a sociedade, sobre a qual pretendemos actuar, não é uma massa inòrgánica que se modéla ou aperfeiçôa a cinzel ou a formão, nem tampouco um simples feixe de fôrças espirituaes, sem relação alguma com o meio ambiente, com as tradições, os costumes, a organização económica, a morphologia jurídica, etc. Os grandes legisladores, cujos nomes a História decóra, fôram principálmente grandes

organizadores, que soubéram tomar para base do seu trabalho uma perspicaz observação da sociedade *tal como se lhes apresentava.* Protegêram e avigoráram os elementos que estavam em harmonia com o typo a construír, desviáram, modificáram ou annulláram os que lhe eram contrários, dirigindo assim todas as forças sociaes para essa unidade cujos fundadores eram. Só assim é que a reforma social adquire alicerces seguros para aguentar com todo o progresso do futuro.

Na vida dos organismos sociaes, os dias contam-se por annos. Sanear uma sociedade não é trabalho para um indivíduo ou para uma geração: edifica-se para o futuro, para colherem os fructos das canceiras de hoje os filhos ou os netos dos que lançáram a semente. Tantíssimas vezes a geração actual é refractária á therapeutica e está irremissivelmente perdida: os dirigentes dos povos, os que querem influir na sua vida e restaurar uma sociedade podre, devem ter o tacto sufficiente para resolver se não será preferivel deixar que os homens de hoje morram na podridão em que se atascáram, para dar todo o trabalho, todo o esforço e todo o cuidado, a salvar a geração de amanhã. Tantas vezes o único trabalho tem de sêr deixar que os mortos enterrem os seus mortos, e salvar a vida aos que começam a viver.

O movimento cathólico não teve até hoje quem o olhasse através d'este critério e se apresentasse a orientá-lo com a largueza de vistas d'um verdadeiro homem de estado e de um organizador de rija envergadura. Tem dado escriptores distinctos, jornalistas scintillantes, ora-

dores persuasivos, trabalhadores infatigaveis... mas não teve aínda o homem de gabinete que, dando um logar mínimo a sentimentalismos mais ou menos piegas, fôsse *pensador* para abrir um caminho, e ao mesmo tempo *artista* para executar uma obra.

Vimos ha uma porção d'annos gastando energias e recursos a ferir batalhas, mas não gànhámos aínda uma campanha.

---

## IX

*Iniciativas generosas. — Os circulos cathólicos de operários: defeitos da sua implantação em Portugal. — A desunião e as rivalidades entre cathólicos. — A acção cathólica não póde abandonar o terreno politico.*

Pareceu uma coisa linda abrir-se uma nova era de trabalho em nome da divisa de *tudo á religião e nada á politica*; infelizmente tudo o que faziamos eram obras dispersas, iniciativas generosas dictadas pelas mais santas das intenções, mas trabalho que não obedecia a um plano geral de organização, e instituições tantas vezes erguidas sem a nitida comprehensão do que deviam ser.

Nós, os cathólicos, tambem temos sido uns imitadores do estranjeiro, sem o senso prático dos nossos modelos. Soubemos que lá fòra se erguiam circulos cathólicos de operários para fazerem frente ás urgências da questão social, e demo-nos pressa em fazer tambem sociedades com tal nome, mal presentimos que em Portugal se começava a esboçar semelhante questão. Mas na ignorância dos grandes problemas sociaes, sem uma cuidada educação social, pensando que para erguer um circulo bastava pedir para o estrangeiro os estatutos d'essas novas instituições, ou conhecê-las através as noticias da *Croix*, do *Univers* ou do *Pelerin*, fizemos associações que nada representam,

por emquanto, para o problema económico, porque nenhum dos seus organizadores se deu ao trabalho de averiguar, se entre nós os circulos teriam de trabalhar segundo o pensamento de Alberto de Mun que com elles pretende resuscitar as beneméritas corporações medievaes, se antes não deverám ser umas *trade-unions* cathólicas, ou se entre nós teriam de tomar uma feição muito differente conforme a educação, os costumes, o temperamento e as necessidades do operário português. Quantos entre nós não fundáram o circulo e só depois é que fôram aprender alguns dos aspectos da questão social ! E assim o circulo saíu desageitado, incaracteristico, sendo apenas uma sociedade de recreio honesto, com tunas e sessões solemnes, e mais uma secção de parcos soccorros para socios doentes.

Entre nós, em terras onde ha circulos organizados, teem rebentado conflictos graves entre o capital e o trabalho, tem o proletariado lançado mão do recurso extremo da *parede*. Já vimos algum dos nossos circulos intervir n'essas contendas e conciliar as partes desavindas ? Ha povoações onde em determinadas industrias se nota um excesso de população operária, que carrêa a diminuição dos salários e traz a desoccupação para muitos trabalhadores : já alguem viu algum dos nossos circulos cathólicos dar fé de semelhante phenómeno e promover a emigração da população em excesso para outros pontos onde os operários de tal indústria sam relativamente em pequeno número ? Acaso já vimos que algum dos nossos círculos procedesse a um inquérito ás indústrias e á vida operária na região onde exerce a sua influência, para obter os elementos indispensaveis ás várias soluções parciaes do problema em nome do qual se fundou e constituíu ?

Ah! a questão social não se resolve com excursões nos domingos de verão, nem com comedias em theatrinhos, nem com sessões solemnes com oradores enthusiastas e quartetos melodiosos.

O que dizemos dos círculos póde applicar-se a outras associações cathólicas que só sam frequentadas em dias de festa, e estam desertas nos outros dias, os quaes decorrem sem que dêem signaes de vida e sem que alguem descubra a sua influência na vida social.

Por outro lado, e este o mais doloroso, o movimento cathólico tem andado muito dividido em grupos que, por vezes, como que assentam arraiaes á parte. Quem tem trabalhado no nosso meio e n'elle tem sacrificado a vida, a saúde e o bem-estar de sua família, sabe, por propria experiência, que a união entre cathólicos deixa muito a desejar. Tambem entre nós fervem as intrigas, tambem entre nós ha camarilhas particulares, que gastam mais tempo e trabalho a combater-se do que a luctar contra o inimigo commum.

Em resumo, durante annos, a acção cathólica exerceu-se em Portugal soffrendo de males vários. Além d'uma debil união entre os seus cooperadores, essa acção seguia os caprichos de uma sentimentalidade que se deixava influenciar por todos os exageros e paixões, não assentava sobre uma nítida comprehensão do momento histórico, era falha de uma sólida orientação social, desconhecia a physiologia das sociedades e não tinha, a dar-lhe vida e abrir-lhe o futuro, uma forte corrente intellèctual. Constituía fortes grupos de guerrilheiros mas não formava um exército; tinha bons cérebros e não era uma escola.

Essa phase do movimento que tanto ao de leve criticâmos sem descer a minudências irritantes, caracterizou-se por uma orientação absolùtamente opposta á da epocha precedente. Então havia a confusão da religião e da política, e a causa da Igreja ficava á mercê da causa de um partido. Agora abandonava-se a política, que foi amaldiçoada em apóstrophes violentas, e desertava-se de um campo onde o catholicismo tem de ferir grandes e rudes combates. Era a politica que conservava e apertava toda a legislação regalista, que ia supprimindo a pouco e pouco o culto no exercito e na armada, que eliminava a instrucção religiosa das escolas, que deixava plena liberdade para os professores atacárem ousádamente a Igreja do alto das suas cathedras, etc., etc. : mas o movimento cathólico, na sua nova phase, persistia em não querer nada com a politica, não obstante ser em tal campo que os cathólicos belgas ganháram a sua victória e o centro allemão fez ouvir a sua voz.

Essa phase de movimento cathólico era uma reacção contra a confusão anterior da religião com a política, e foi, como todas as reacções, exaggerada. Para fugir a um vicio, caía n'outro.

## X

*Resultados dos trabalhos: caminho andado. — Opinião de um estadista português. — Os adversarios da Igreja começam a contar com as forças cathólicas. — A sua táctica e actividade sam superiores ás dos cathólicos.*

Foi porventura esteril todo esse trabalho, apesar de descompassado e de privado de uma orientação segura e de uma unificação fructuosa?

Affirmá-lo, seria negar os factos mais incontroversos. Na anályse, esse movimento tinha defeitos imperdoaveis; mas visto de conjuncto, é justo reconhecer que alguma cousa se fez, mesmo muito se fez, no sentido da christianização da sociedade. Esses individuos que por todo o país se dedicavam á propaganda cathólica eram focos de energias que accordavam os somnolentos e amparavam os tibios. Se os seus esforços fossem orientados, se possuissem tacto social, a sua fadiga teria recolhido uma ampla colheita: assim perdia-se grande parte do trabalho, mas alguma cousa ficava. E comparando o estado religioso do país a uma distancia de dez ou quinze annos, por exemplo entre 1885 e 1900, apura-se que algum caminho se andou, e que não se perdêram todas as gottas de suor que rolaram da fronte dos combatentes. E tanto isto é verdade, que os inimigos da Igreja intensificaram os seus ataques, reco-

nhecêram e sentiram que já havia, entre clérigos e leigos, quem lhes embargasse o passo e disputasse a victoria. Houve um renascimento grande na piedade, repovoáram-se igrejas, constituiram-se país em fora, principalmente no norte, como districtos de recrutamento onde um ou outro movimento, mais bem concebido e organizado, podia vir alistar um exercito respeitavel.

Um ministro de estado, pondo o dedo na verdadeira ferida da acção cathólica em Portugal, dizia, n'uma conversa particular, esta grande verdade e esta severissima lição:

— « Os cathólicos não sabem a enorme força de que dispõem. Podiam levar-nos de vencida, a nós, os liberaes. Felìzmente para nós, não teem união nem orientação, e não corremos perigo de que venham a tê-la. Estam todos divididos em camarilhas ou grupelhos, os quaes, cada um com o seu mentor, mais se gasta a intrigar-se do que a combater-nos. Não é dos cathólicos que temos a arreceiar-nos, mas sim dos républicanos, porque esses manobram segundo o plano definido, e aínda que nos seus centros e assembleas se detestem e se esfaqueiem, sabem unir-se como um só homem para nos dar combate ».

Ah! se nós os cathólicos tivéssemos metade da disciplina dos républicanos e conseguissemos accordar-nos no que queremos ou devemos querer, o país era nosso e só nosso.

Fossem quaes fossem os defeitos do movimento cathólico, o que é certo é que ha cerca de dez annos já elle interessava fòrtemente a opinião pública. Os cathólicos

militantes eram poucos aínda, mas buliçosos e trabalhadores, faziam-se lembrar e obrigavam a voltar para si as attenções geraes. Quem mais nos ajudou n'esta conquista — pois é gànhar terreno fazer distribuír uma causa no tribunal da opinião pública — fôram os nossos adversários, os arautos do livre-pensamento que, pelos seus jornaes, muito mais lidos que os nossos, nos tornavam conhecidos á medida que nos combatiam. Levantavam contra nós o grito de guerra, e esse grito era tambem um reclamo, que ia despertar para a lucta, ignorados mas prestimosos cidadãos, que nós não conheciamos e nem suspeitávamos de que haviam de ser dos nossos mais intemeratos companheiros.

Com essas luctas, mantínhamos o nosso terreno, sem comtudo avançarmos tanto quanto convinha. Os nossos adversários eram-nos superiores em tudo. Multiplicavam-se, ao passo que os nossos eram, na sua grande maioria, mais ou menos commodistas; uniam-se, ao passo que nós nem dentro da mesma povoação conseguiamos, por vezes, proceder em uma união sincera e productiva; faziam todos os sacrificios de dinheiro para divulgarem o seu ideal, ao passo que a causa cathólica, que devia custar a todos nós dinheiro, era, para tantos, filão mysterioso que enchia cofres e fazia capitalistas. E os muitos que tivéram e teem sempre a sua bolsa aberta para todas as necessidades da causa cathólica, gastávam sem critério. As sessões solemnes nas sociedades e circulos cathólicos, as novenas, os triduos, as exposições, os actos de piedade, aliás sempre louvaveis, levavam, na róda do anno, a maior parte da verba destinada á acção cathólica, ao passo que a imprensa recebia uma quota minima, e nem sempre a tempo e horas.

Assim não tinhamos bons jornaes nem sustentávamos os que podiam ser tam bons como os melhores que entre nós se publicassem. Os adversários da religião concentraram os seus esforços e canalizaram todos os seus recursos para as duas grandes forças que tanto podem ser arietes demolidores como fortes instrumentos de construcção: a *imprensa* e a *escola*. Nós não olhámos a valer para o problema da imprensa e tardíssimo nos lembrámos do valor da escola, apresentando agora algumas escolas cathólicas que não têm a décima parte da influência de que se apossáram as escolas leigas e revolucionárias onde, sob o nome e patrocínio de um vulto revolucionário, as crianças aprendem a amaldiçoar a Deus e a bemdizer os assassinos.

Sem escolas, sem jornaes, e com o inimigo preparado para nos esmagar, porque se molestava com o nosso trabalho e bem sabía que fôrças podiamos ganhar, se soubessemos colligi-las, inventou-se para *casus belli* a *questão Calmon*.

---

# XI

*A questão Calmon: derivativo procurado pelo govêrno ou armadilha preparada pelos jacobinos? — As manifestações nas ruas. — A propaganda pela pedra. — Uma manifestação em praça de touros. — Hintze Ribeiro e os cathólicos: um decreto á Waldeck Rousseau. — O que ficou da lucta: a mensagem do episcopado.*

Se esta foi adrede preparada para desviar as attenções do público de outros actos governativos, o ministério conseguiu o seu fim; e se não passou de uma armadilha preparada aos cathólicos para se abrir uma lucta e se tentar um ensaio semelhante ao de Waldeck-Rousseau em França, os cathólicos caíram n'ella e fizeram, até este ponto, o jogo dos seus inimigos. Todavia, facil era de vêr que os cathólicos não tinham que vir á puxada, e que a questão Calmon não merecia as honras d'um movimento e d'uma lucta. Em primeiro logar, ninguem podia garantir a sinceridade d'essa senhora que se dizia violentada na sua liberdade e contrariada na sua vocação; em segundo logar tudo aquillo era uma mera desavença dentro de uma familia estranjeira, e se nós, os cathólicos, tivéssemos de intervir sempre que os paes contrariem a vocação religiosa de seus filhos, então não teriamos mais que fazer senão andar a tratar, a toda a hora, de casos Calmon, seja porque uma

donzella quere professar contra vontade de seus paes, seja porque um mancebo quere seguir a carreira ecclesiástica a despeito da vontade da familia.

O que é certo é que a questão Calmon rebentou e os cathólicos envolvêram-se n'ella. Os jacobinos de um lado portáram-se como sempre: reclamaram as leis de Pombal, *apesar de Pombal não proïbir a pessoa alguma que fosse frade ou freira,* ejaculáram todas as torpezas do seu vocabulário de soalheiro, insultáram os ecclesiasticos que encontráram no meio das ruas e, á cautela, foram mandando algumas dúzias de pedras para as vidraças das casas religiosas e de pessoas mais conhecidas pelo fervor dos seus sentimentos cathólicos. É certo que os cathólicos nunca se lembráram de ir apedrejar o Gremio Lusitano ou um outro centro jacobino; não consta mesmo que alguma vez fossem pela rua atrás dos srs. drs. Affonso Costa ou Bernardino Machado, troçando-os e ameaçando-lhes a sua integridade physica: mas nas hostes demagógicas, que rendem particular affecto á *propaganda pelo facto*, é muito justificavel que, para adextrar a mão no lançamento de uma bomba, se comece por aprender o exercicio mais simples de atirar com uma pedra.

Perante o movimento jacobino que explodira do caso Calmon, nós, os cathólicos, olhámos para nós e vimo-nos o que eramos: uma grande massa sem consistência, sem dirigentes e sem um plano de acção. El-Rei D. Carlos inclinava-se para a esquerda, seduzido talvez pelas acclamações que recebeu n'uma praça de touros, erguidas por aquelles que não tinham sentimentos monarchicos e que

haviam de preparar, mais tarde, o ambiente onde se armaram regicidas; Hintze Ribeiro, vendo então melhor no futuro que o monarcha, inclinava-se para a direita e reconhecia a necessidade de avigorar os elementos conservadores d'uma sociedade que se esmoronava. Quis o primeiro ministro apoiar-se sobre os cathólicos que tinham tam bella occasião para mostrar a sua fôrça, mas não os encontrou preparados, nem talvez dispostos para uma lucta efficaz. De toda a parte chegava á corôa a noticia de manifestações anti-cathólicas, e a imprensa *que se fazia ler*, batia em unisono ao lado dos que na rua clamavam contra os jesuitas e contra as congregações religiosas. Quem visse de alto, teria de reconhecer que os orgãos pelos quaes a opinião pública se manifesta, davam essa opinião como contrária aos cathólicos, se ao mesmo tempo não verificasse que, em Portugal, a imprensa não traduz nem educa a opinião, antes a preverte e desorienta. Hintze Ribeiro não pôde fazer mais do que um decreto á Waldeck Rousseau, uma cousa duvidosa, uma espada de dous gumes, com a qual tanto podia decapitar os institutos cathólicos como cortar as iras jacobinas. Algumas congregações que existiam passáram a viver com a espada de Damocles suspensa sobre sua cabeça; e assim a solução achada por Hintze Ribeiro, apesar de ter a cooperação directa de cathólicos em evidência, desagradou a ambos os partidos: indignou os jacobinos, porque á sombra d'ella podiam ter existência legal algumas congregações, e desagradou aos cathólicos que, profundando o seu sentido, houveram-na como uma mystificação.

D'essa questão ficou apenas um monumento de notavel grandeza: a mensagem do episcopado português ao monarcha, na qual as sentinellas de Israel, como que n'uma visão prophética, advertiam o monarcha do tristissimo fim que haviam de preparar-lhe os inimigos do altar e da corôa. Quem ler hoje esse notavel documento, dirá que os seus venerandos autores escrevêram nas ante-vesperas da tragédia do Terreiro do Paço.

## XII

*Surge o nacionalismo : a sua primeira phase. — Uma utopia : unidos como cathólicos, desunidos como cidadãos. — Evolução natural : o nacionalismo constitue-se em partido politico autónomo. — Não inquire de crenças religiosas : póde receber atheus ? — O programma do Porto não concretiza, em votos explicitos, o reconhecimento de certos direitos da Igreja. — O nacionalismo reconhece que os cathólicos devem formar outros partidos politicos.*

A lucta religiosa mostrára tambem aos cathólicos a absoluta necessidade de entrarem no campo da politica. *Tudo á religião e nem um só pensamento á politica* — era uma maxima fallida. O exemplo vinha de fóra : a Allemanha desfizera o *Kulturkampf* pela acção parlamentar do Centro, a Bélgica repellia todos os trabalhos de deschristianização fazendo frente aos liberaes nas pugnas da politica.

Surgiu então o *nacionalismo*, sob uma fórma que continha a esterilidade de todas as utopias. Cada cidadão ficava ligado ao seu partido nos assumptos da politica ; unia-se no nacionalismo para a defêsa da religião. Era a unidade religiosa e a liberdade politica, um óptimo princípio que tinha apenas o defeito de ter perdido, em Portugal, o pé das realidades sensiveis.

Esta fórmula seria a mais bella, se todos os deputados

e pares do reino fôssem cathólicos no sentido rigoroso da palavra. Então a legislação anti-cathólica seria revogada, porque todos os partidos a combateriam; nenhuma nova lei attentatória dos direitos da Igreja viria á discussão parlamentar, porque legisladores cathólicos não podiam concebê-la nem propô-la. O nacionalismo, n'essa primeira phase, era uma criação para d'aqui a séculos, mas sem realidade alguma nos primeiros alvores do século corrente.

Supponhamos mesmo que um grupo de deputados ligados a esta primeira concépção nacionalista, levava ao parlamento um projecto de lei de largo alcance religioso. Os autocratas dos partidos ordenavam aos outros deputados que o rejeitassem, seguros de que nenhum prejuizo vinha para a sua marcha politica, porque em todos os demais assumptos que não fossem attinentes á religião, possuiam e dispunham de voto parlamentar dos seus correligionarios cathólicos. Demais, n'uma concépção tam idealista, o que era um grupo de deputados nacionalistas? apenas um bloco que se formava para uma discussão de caracter religioso e que logo se esboroava na obra exclusivamente politica, para votarem uns contra os outros segundo os seus compromissos partidários.

Os organizadores do nacionalismo quiséram formar um *centro cathólico*, mas não soubéram concebê-lo.

Entretanto a nova idéa, tam depressa foi aventada, logo tentou tomar formas politicas definidas. Era natural essa evolução, mesmo de previsão facil na conjunctura que o país atravessava. O catholico é, por dever de religião, patriota. Ao desejo de bem servir a religião no terreno da politica, ligou-se muito naturalmente o desejo de servir tam-

bem o país. O rotativismo era a causa incontestavel da nossa ruina politica e administrativa; elle, e só elle, prevertêra os costumes politicos criando esse estúpido regimen presidencial, que fez dos partidos facções e dos homens de govêrno simples secretarios do chefe do partido, presidente do conselho de ministros. Nos seus trabalhos para a organização primitiva, como campo de concentração cathólica com liberdade de cada um dos seus membros permanecer no seu velho partido, o nacionalismo aprendêra qual era a falsa noção da disciplina que dominava nos grandes agrupamentos partidários: o regenerador e o progressista abdicavam a sua liberdade politica e a sua consciencia religiosa na mão omnipotente de seu chefe. E em politica, como em tudo o mais, ninguem póde servir ao mesmo tempo a dous senhores, que se guerreiam.

Os partidos históricos decompunham-se a olhos vistos: do exercito regenerador separára-se o franquismo, com um brilhante estado maior, e os marechaes orthodoxos viviam em rivalidades que só a alta habilidade de Hintze Ribeiro conseguia corrigir sem que nova scisão se manifestasse e novo exodo viesse enfraquecer a tríbu fontista. No campo progressista pronunciavam-se as primeiras desintelligencias, e o velho partido dos Passos tem a sua vida medida pela duração da vida do seu actual patriarcha. O momento era propicio para lançar as bases d'um novo partido conservador, e não era sonho de visionario prognosticar que os dous grandes partidos do futuro seriam o nacionalista e o franquista, se os elementos dominantes em um e outro soubessem mostrar-se á altura da situação do país, e esta não caísse tam precipitadamente nas angustias que acompanharam o gabinete Franco.

D'est'arte os nacionalistas reunidos em 1903, dentro do salão da Associação Catholica do Porto, declaráram que a força das circumstancias os levava a constituirem um *partido politico autónomo*, e como tal firmavam o seu programma n'uma quarentena de theses ou votos.

Desde então o nacionalismo não conjugava os seus adeptos em nome da fé cathólica, mas em nome de um programma politico: um dos seus fundadores, o par do reino dr. Almeida Garrett, de cujos sentimentos cathólicos ninguem póde duvidar, afastava-se do novo partido, ao passo que, tempo depois, o conselheiro Jacintho Candido, frizando a caracteristica politica do nacionalismo e a sua naturêsa de partido meramente politico, dizia, em pleno parlamento, que o novo partido podia receber atheus.

Almeida Garrett ausentando-se e Jacintho Candido fazendo um appello aos atheus, eram ambos coherentes com a nova situação. Para a defêsa dos princípios cathólicos, é licito e mesmo necessário que se exija de um regenerador, ou de um progressista, ou d'um republicano que sacrifique o seu ideal politico, para se unir no terreno da acção religiosa; mas o que não é licito, o que o Papa nunca exigiu, é que *em nome da religião*, se obrigue um homem a saír de um partido meramente politico *para entrar n'outro*.

Igualmente o nacionalismo, acceitando a necessidade de repassar as instrucções do espirito christão, mas apresentando, para cada um dos multiplices ramos da vida publica, uma orientação própria, *que em si mesma não é confissional* (organização do conselho de Estado, regimen eleitoral, responsabilidade ministerial, descentralização

administrativa, defêsa nacional, reforma da contabilidade, alliança inglêsa, etc.) póde, sem grande violência para ninguem, acceitar a cooperação de um partidário que não professe ou pratique religião alguma, mas entenda quam conveniente é, para a sociedade, a manutenção de um princípio religioso.

«O partido nacionalista — dizia já o Cons.º Jacintho Candido na Camara dos Pares, em 1902 — não inquire d'ellas (das crenças religiosas) e *basta-lhe que os seus correligionários tenham a justa comprehensão da necessidade de manter o princípio religioso, como base da ordem social.*»

Ao constituir-se em partido autónomo, no seu congresso do Porto, o nacionalismo não pretendeu tomar sobre si a causa religiosa, nem assumir a feição de partido religioso. Adhere aos principios do catholicismo e affirma o seu respeito pela boa harmonia entre a Igreja e o Estado: a isto se limitáram as suas affirmações, sem concretizar em votos especiaes qualquer dos multiplices problemas da libertação da Igreja em Portugal. E de notar é que, não podendo o programma d'esse partido de govêrno deixar de referir-se á questão palpitante da instrucção publica, que é, ou tem sido, em todos os países, o grande campo de batalha entre cathólicos e jacobinos, o congresso do Porto, sem se pronunciar, como se tal questão não existisse, sobre o ensino religioso nas escolas e a inspecção d'esse ensino pela Igreja, contentou-se com affirmar, genericamente, «a conveniencia publica e social de educar e instruir a nação, não sómente pelos estabelecimentos officiaes de ensino, mas por todos os meios ao al-

cance da iniciativa individual, não difficultando, antes promovendo e auxiliando a fundação de escolas, as reuniões e assembleas públicas de doutrinação geral dentro da lei e da ordem ».

E' particulàrmente instructiva a 15.ª conclusão do congresso do Porto que respeita ás organizações partidárias. Com uma admiravel comprehensão do que deve ser o Estado moderno, os auctores do programma nacionalista reconhecêram a indispensabilidade dos partidos, como condição d'uma intensa e progressiva vida politica, e portanto reconhecêram aos outros partidos que se criassem, legitimidade moral, politica e social. Mas não podia, nem póde, fazer isto quem congrega homens em determinado partido, em nome da religião. Se os outros partidos sam politicamente necessários, e os cathólicos devem, em tal supôsto, unir-se no nacionalismo, consequentemente necessário é que haja herejes e anti-cathólicos, para que se organizem os taes partidos. Ora esta conclusão é moràlmente monstruosa.

Mas não : o nacionalismo abstraía da questão religiosa, e os auctores do seu bello programma, o que queriam é que todos os portuguêses fôssem bons e fieis cathólicos, e que, como cidadãos, se agrupassem partidariamente, consoante as suas libérrimas opiniões politicas. O nacionalismo não era pois uma concentração de cathólicos como cathólicos, mas um grupo de cidadãos que tinha ideas políticas communs e reconhecia a todos os outros, mesmo aos mais fervorosos cathólicos, a *licitude* e o *direito* de terem ideias *politicas* contrárias.

## XIII

*O nacionalismo suggestiona os cathólicos. — O nacionalismo e o legitimismo : legitimistas eleitos pelos nacionalistas. — O programma nacionalista é monárchico ou republicano? — Uma lacuna: sua verdadeira explicação. — Suspeitas e desconfianças infundadas.*

Todavia os fundadores do nacionalismo sabiam que o grande attractivo, o principio mais fecundo da sua propaganda, era a pública profissão de catholicismo que esse partido fazia. Porisso mesmo, o partido nascente tinha de marchar com a maior prudencia para não alheiar o apoio dos legitimistas que nunca se decidíram a abdicar dos seus principios politicos e sobretudo da sua opinião e da sua crença lealissima a respeito da questão dynastica. Sem os legitimistas, o novo partido entraria na arena politica com um imperceptivel laicato militante : elle daria, em toda a parte, a impressão de um partido de padres. Dos leigos, os que se vinham batendo com denodo pelo principio cathólico, os mais distinctos e os mais experimentados, ou eram marechaes do legitimismo ou tinham com elle as mais estreitas ligações. Quando o nacionalismo precisou de designar um candidato para o único circulo que a generosidade rotativista pela primeira vez lhe outorgava, os dirigentes do nacionalismo viram-se sèria-

mente embaraçados para encontrar esse candidato, pois todos os que naturalmente estavam indicados para receber os suffrágios de um eleitorado cathólico, ou eram padres ou miguelistas, e o partido manobrava penósamente para não passar por *clerical* nem por *legitimista*. Annos volvidos quando, mercê de um accôrdo o nacionalismo, conseguiu levar á camara um maior nùmero de deputados, não pôde deixar de incluir nas suas listas o nome de Ma uel Pestana, legitimista inquebrantavel que d'esta qualidade jámais abdicou, e do Dr. Moraes Miranda que na sua curta passagem pela academia de Coimbra se collocou, em merecido destaque, entre o pequeno grupo de estudantes que saùdavam a realeza de D. Miguel II.

Ora para não afugentar este núcleo de combatentes legitimistas que pela sua accendrada fé religiosa, era indispensavel para amparar os primeiros passos do novo partido, o nacionalismo careceu de passar de largo tudo o que pudesse trazer á discussão a questão dynastica ou o que se pusesse em manifesta opposição ao programma politico do legitimismo. Assim se explica uma gravissima lacuna do programma do Porto, a que muita gente deu as mais bysantinas explicações. Com effeito, o programma do Porto, elaborando com certas minúcias a reorganização administrativa, financeira e politica do país, deixou no mais completo silêncio a questão fundamental da fórma de govêrno. O novo partido autónomo era monarchico? era republicano? Emygdio Navarro, pondo este facto em merecido destaque, e lembrando-se talvez de que um jornal cathólico, no mais acceso da última questão religiosa, abrira caminho á idéa de se lançarem os cathólicos nos braços d'uma rèpublica que para a Igreja tivesse a

justiça e a deferência de que usam o Brasil e os Estados-Unidos, pensou que o nacionalismo deixava prudentemente a porta aberta para entrar dentro de um regimen não monarchico, e commentou: «*Signaes dos tempos!*»

A lacuna tinha, porém, outra explicação: o novo partido reconheceu que não podia prescindir da influencia e do prestígio que muitos leigos do legitimismo tinham sobre o meio cathólico de Portugal, e evitou prudentemente chamar á discussão a contenda dynástica. Para isso, só havia um unico meio seguro: ficar calado quanto á fórma de governo.

Tambem, porisso, levou tempo e trabalho a convencer eminentes homens públicos de que o nacionalismo não era um mal fingido disfarce debaixo do qual vinham de novo á arena das luctas politicas os direitos do Principe Proscripto.

E quem sabe se esta falsa idéa, *apoderando-se das mais altas espheras governativas*, não trouxe para o nacionalismo o desfavor que acompanha sempre a desconfiança e a suspeita!

## XIV

*Os nacionalistas não comprehendem a concèpção politico-partidária do Porto. Consideram o nacionalismo um movimento religioso. — Primeiras affirmações no congresso de Vianna. — No congresso de Braga predomina a concepção do nacionalismo como campo de concentração cathólica — O manifesto ao paiz. — Duas orientações.*

Os nacionalistas não comprehenderam a concèpção politico-partidária dos auctores do seu programma, votado no primeiro congresso do Porto. O grosso do novo partido movia-se apenas em nome da imperiosa necessidade de avigorar o movimento cathólico, e as reformas meramente politicas que o nacionalismo pretendia realizar, interessavam-no como cidadãos, mas eram-lhes, quanto ao fim principal — o religioso, de todo o ponto secundárias.

Ao passo que o nacionalismo, pelo seu codigo fundamental, ficava sendo uma obra eminentemente politico-partidária, a grande maioria dos seus adeptos porfiavam em considerá-la uma acção quasi exclusivamente religiosa, que vinha procurar, para o campo da sua actividade, o theatro da politica.

Em 1905, no congresso de Vianna começa a accentuar-se a feição religiosa do nacionalismo. O nacionalismo,

depois de *reconhecer* a *necessidade* de uma cuidada instrucção religiosa nos estabelecimentos de instrucção primária e secundária, *aconselha* que se imponha ao párocho o *dever* de inspècção sobre o ensino moral e religioso. Esta redàcção é notavel pelas incertezas que traduz. A instrucção religiosa é uma necessidade, mas a sua conveniente inspècção tambem não é necessidade menos urgente: o nacionalismo quere que seja o párocho o inspector e *aconselha* que lhe seja imposto esse dever. Ora, segundo os canonistas, o párocho tem esse direito e, corre-lhe portanto, a correlativa obrigação onde lhe seja possivel exercer tal direito. Na Allemanha e na Belgica os cathólicos reivindicáram a inspècção do ensino religioso pelos bispos e pelos párochos, não como uma concessão do Estado, *mas como um direito inherente ao poder jurisdicional da Igreja*, e por causa d'esta reivindicação sustentaram luctas porfiadas: o nacionalismo, ainda indeciso sobre o seu caracter de partido politico que lhe imprimiu o congresso de 1903 e a tendencia irresistivel dos seus correligionários, não se atreve ainda, no congresso de Vianna, a fazer uma affirmação precisa sobre tal materia e accomoda-se a um simples *conselho* para que se imponha (por quem? pelo Estado?) ao párocho o dever de inspèccionar a escola.

Dous annos depois, no Congresso de Braga, o nacionalismo define mais a sua tendência para se constituir em moldes differentes daquelles em que o vasou o Congresso do Porto. Sente-se que os cathólicos portuguêses não se encontram á vontade dentro de um partido mèramente politico e que anceiam por uma acção mais larga, mais ajus-

tada ás condições do país e ás necessidades da Religião, e na qual a politica seja apenas um dos vários meios a empregar para a consecução de um fim augusto e nobre.

O Congresso de Braga reünia-se em circumstancias verdadeiramente anormaes para o país, em plena dictadura do ministerio Franco. O nacionalismo queria a reünião das côrtes por direito próprio, e acabava de ver o que era o parlamento português quando chamado a cooperar com um ministério que se propunha sincèramente reformar os costumes políticos degradados e envilecidos. Pedia as mais severas penas para as dictaduras, e tinha agora diante de si a prova de que uma remodelação da vida politica, ou não se fazia, ou só se conseguia pela dictadura. Affirmava, como todos os partidos existentes, o princípio da liberdade de imprensa, e via que um govêrno sério e honesto, que reconhecêra o mesmo princípio e, como o nacionalismo, attribuíra a quem de razão e direito, as correlativas responsabilidades inherentes, era combatido na imprensa por uma fórma tal que, ou havia de demittir-se e abandonar a sua obra, ou teria de recorrer a medidas violentas, á apprehensão, á suspensão ou á suppressão dos jornaes.

Demais o gabinete João Franco valia por uma experiência de um governo saído do nacionalismo. *Como partido politico*, as aspirações do nacionalismo não eram mais puras nem mais louvaveis que as do conselheiro João Franco. Se o nacionalismo, no seu programma fundamental, approvado no congresso do Porto, reconhecêra e affirmára a necessidade de se organizar um plano geral de defêsa maritima e terrestre, um plano de construcção e renovamento naval, uma administração ultramarina baseada em princípios descentralizadores, a reducção de todas

as despezas, a severa fiscalização da receita, a reforma da contabilidade, o fomento e progresso da agricultura, do commercio e da industria, o descanso semanal e a melhoria da situação do operariado, etc., — fóra de duvida é que o gabinete João Franco atacou de frente todos estes problemas, e segundo uma orientação, *em geral* conforme com o espirito do nosso agrupamento politico.

Porisso esse ministério contou entre os seus mais ardentes defensores os nacionalistas mais convictos e enthusiastas: Manuel Frutuoso da Fonseca, o cathólico inexcedivel e o nacionalista dedicadissimo, foi o mais fervoroso advogado que o ministerio Franco encontrou na tribuna da imprensa jornalistica. A communidade das aspirações politicas unira tanto os franquistas e nacionalistas que, já depois do regicidio, para as eleições de 1908, não foi possivel distinguir a votação de uns e de outros: nos círculos onde não propunham candidatos seus, os franquistas, que concorriam á urna, votáram fièlmente no candidato dos nacionalistas, e estes, em geral, correspondêram com igual procedimento.

Se o franquismo luctava tam desesperàdamente para levar a termo a sua emprêsa de regeneração politica e, em paga do seu intento, só via encastellarem-se ódios e rugirem as mais descaroadas ameaças de um cataclismo revolucionário; se era manifesto que, na opposição desenfreada ao ministério, se preconizavam novas fórmulas politicas, dentro da monarchia, nas quaes se abria a guerra religiosa e se propunha uma mais pesada escravidão para a Igreja — os nacionalistas, ao congregarem-se em Braga, no fragor de tam pavorosa tormenta, podiam e deviam reconhecer que não era só d'uma forte propaganda politica que o

país precisava, mas de uma larga e insistente acção social cathólica, que, abraçando todos os ramos da pública actividade e todas as diversas camadas sociaes, désse fundamentos novos e sólidos ao edificio da regeneração moral e politica da pátria portuguêsa.

A tentativa ou aventura franquista estava dando uma lição valiosíssima: a mais austera e bem orientada politica capitulava diante da desorganização social. Era esta a que devia ser combatida; era para o vastissimo campo da acção social que se deviam voltar as attenções dos cathólicos. E não lhes ficava fechada a politica, que não é mais de que um departamento da vida social.

Sam todas estas idéas que dominam no congresso de Braga, sem precisão de fórma, sem que se traduzam, nas suas conclusões, por uma exposição lógica, nas quaes as theses derivem uma das outras, como consequente do seu antecedente. Todavia, as theses votadas n'esse congresso abrem um novo campo para o nacionalismo, apontando-lhe a necessidade de se tornar talvez em mais do que um *centro cathólico* pelo modêlo allemão, e de ser mais, e muito mais, que um *partido político*.

Com effeito o congresso affirma que é a «doutrina christã a base da liberdade, da igualdade e da fraternidade» e quere que se unam todos os esforços para que «sobre a base sólida dos principios christãos se constitua a nossa democracia». Da boa e verdadeira democracia, deve o clero ser o principal fautor e sustentáculo, e porisso, o congresso affirma «a necessidade de robustecer o seu prestígio moral, intellectual e social em harmonia com as

altas funcções que tem de exercer na sociedade». Para firmar a verdadeira democracia, que é mais uma obra para o futuro, do que para o presente, urge guardar a mocidade de hoje contra o virus revolucionario, e o congresso porisso, ao mesmo tempo que recomenda «a formação do carácter para consscienciosa comprehensão dos deveres religiosos, moraes e cívicos», reclama «uma rigorosa fiscalização para o exercício do professorado» onde é vulgar a propaganda mais descarada contra a Religião e contra os poderes constituidos. O que o nacionalismo pretende é «*reformar os costumes políticos e abrir um novo rumo á governação do Estado, tomando para base d'esta tarefa a restauração das antigas e heroicas virtudes da nação portuguêsa* tam solemne e gloriosamente memoradas na historia do mundo».

Isto não póde ser a obra d'um simples partido político nem mesmo d'um regimen político: é uma completa renovação social feita com a alavanca do catholicismo, e porisso o Congresso chama a «uma federação voluntária *todas as obras sociaes cathólicas*, para uma acção commum na vida *social e politica com a coordenação e unificação das forças cathólicas, dispersas, isoladas* e *desconnexas que ha por todo o país*». Terciários, conferentes de S. Vicente de Paulo, associações cathólicas, círculos operários, escolas christãs, jornaes cathólicos, mocidades, círculos de estudos, tudo o que na boa terra portuguêsa se acolhe á sombra da Igreja e anceia em restaurar a sociedade em Christo — tudo é chamado á nobre e gloriosa tarefa que o nacionalismo se propõe.

Já estamos muito longe da concepção partidarista do primeiro congresso do Porto, mas, não obstante, o naciona-

lismo ainda continúa indeciso entre essa concepção e a phase nova que o congresso parece ter concebido, embora vàgamente. E tanto isto é verdade que este mesmo Congresso, dirigindo um manifesto ao país àcêrca da grave conjunctura politica que este atravessava, continuava a considerar o nacionalismo um *partido pol tico*, outorgava ao programma votado no congresso do Porto o titulo e a categoria *de sua lei suprema*, e affirmava solèmnemente que o partido *era* e *continuava a ser* tal como saíra do congresso do Porto, sob pena de aniquilar-se e perder a sua fôrça moral e a sua auctoridade política.

D'est'arte, criou-se a dentro do nacionalismo uma dualidade de orientação, que não podia escapar a um observador perspicaz e imparcial: para a sua Commissão Central, para o seu orgão official na imprensa e para alguns poucos homens mais, o nacionalismo é um simples *partido politico*, tal como o consagrou o Congresso do Porto; para a grande massa de nacionalistas, que sam os que trabalham, os que fórmam centros, os que organizam conferências, os que fazem os congressos, os que sustentam a imprensa, os que movem os eleitores, o nacionalismo é um campo de concentração de cathólicos para uma acção social e politica, é um *partido religioso*, é o movimento cathólico português, é um centro que tem de fazer em Portugal o mesmo que o Centro cathólico fez na Allemanha, vencendo Bismark e tornando-se o árbitro da vida parlamentar do Império.

N'esta ordem de idéas, tomados do mais louvavel zêlo, algumas dezenas de sacerdotes e de leigos concentráram

todos os seus esforços no desenvolvimento do nacionalismo. As adhesões fôram-se dando, grandes em nùmero e em valor, e o contentamento que isso produziu era tanto que algumas eram celebradas por fórma repugnante a uma das caracteristicas que todos os nacionalistas mais se orgulham de pôr em destaque — o seu impersonalismo. Assim é que o primeiro jornal nacionalista, noticiando um dia a adhesão de um nosso novo correligionario que, nos arraiaes rotativistas, fôra o que se chama um *cacique,* dizia que esse cidadão valia umas *centenas de votos*, como significando que havia de entrar na urna a favor do nacionalismo um número avultado de suffrágios attraídos pela liberdade, espontaneidade e consciência de que os galopins rotativistas usam para arrastar á urna os eleitores que estam na sua dependência.

A grande arma de propaganda, o motivo decisivo que tem chamado ás nossas fileiras um número avultado de cidadãos, não é tanto a confiança na efficácia do programma político para a salvação do país, mas a voz irresistivel da religião que chama os cathólicos a uma acção commum, assim social como política. Quem ler os excerptos das conferências dos nossos propagandistas, os artigos mais notaveis dos nossos jornaes, as apologias mais calorosas dos nossos trabalhos, ha-de reconhecer que a idéa mèramente política se offusca, para deixar no maior deslumbramento do seu fulgor a idéa religiosa, o combate *pro Ecclesia*, não servindo as theses políticas dos congressos senão como refôrço para vencer as ultimas resistências, ou como argumento *ex abundanti*, para mostrar a pujança da apologetica nacionalista.

## XV

*Abusos na propaganda. — O encontro das duas correntes: a questão da « obrigação de consciência ». — A doutrina da « Voz de Santo Antonio ». — Impugnação do « Novo Mensajeiro do Coração de Jesus ». — A revista de Lisbôa é forçada a reconhecer como bôa a doutrina da de Braga quanto ao ponto fundamental: a obrigação de consciência.*

O zêlo dos missionários foi sempre prudente? não houve em parte alguma excessos lamentaveis? Não devemos negá-lo, tanto mais que não ha causa que possa tornar-se responsavel pelas imprudências de alguns dos seus apóstolos.

E porque abusos se déram, e era de presumir que continuassem a dar-se, caso não houvésse quem levantasse brado contra elles, suscitou-se na imprensa acalorada discussão sobre se os cathólicos sam, ou não, obrigados em consciência a filiar-se no partido nacionalista.

Com uma notavel proficiência sustentou a negativa a « *Voz de S.*[to] *Antonio* » primorosa e erudita revista editada pelos franciscanos de Montariol. O artigo era pura e simplesmente doutrinário e versava, genèricamente, sem se referir a Portugal ou a qualquér outro país, o modo como o cathólico deve exercer o seu direito de suffrágio politico.

Os *Estudos Sociaes* resumem, pela seguinte fórma, com a maior clareza e fidelidade, a doutrina dos franciscanos: « O eleitor cathólico não deve dar o seu voto a quem não defenda as suas idéas politicas, nem tampouco a quem, na vida normal, combata a sua religião, ou em caso anormal a não defenda. Não é, pois, obrigado em consciência a filiar-se em um só partido, embora isso seja de toda a conveniência, e pela razão de que, se existisse tal obrigação, não se comprehenderiam dous partidos que se propusésssem defender a religião não tendo o mesmo programma, e muito menos os accordos eleitoraes entre esse partido abèrtamente cathólico e qualquér outro que o não fôsse, accordos aliás recommendados pela Santa Sé. E como n'esses partidos ha sempre bons cathólicos, elegendo o eleitor cathólico um d'esses homens, terá cumprido a sua obrigação. Ora, visto não haver em consciência obrigação de todo o cathólico se filiar em um só partido, para isso se conseguir, visto ser vantajoso, deve fazer-se uma propaganda activa no sentido de fazer salientar a superioridade politica d'esse partido cathólico sobre os outros partidos, devendo para isso escolher-se um programma político melhór que o dos outros. Só assim é que todo o cathólico ficará, em consciência, obrigado a filiar-se n'esse partido ».

Estudando com a devida attenção a doutrina ensinada por Montariol, não podemos deixar de reconhecer que ella assenta em sólidos fundamentos. Os partidos políticos sam criações da política, e esta, nas suas integrações de govêrno e de administração, que respeitam á *legítima* esphera dos seus domínios, é independente da Religião, e a

Igreja reconhece a licitude da divergencia de opiniões políticas. O cathólico que, em matéria *política*, fórma uma convicção, é obrigado a seguí-la e a pautar por ella o exercicio dos seus direitos de cidadão, e portanto é obrigado a votar em um deputado *cathólico* que, no parlamento, sirva e defenda as suas idéas políticas. Se um cidadão formar uma convicção política contrária ás theses *políticas* do nacionalismo, se, por exemplo, se convencer de que, para bem do país, não devem as côrtes reunir-se por direito próprio, é necessaria uma larga dictadura, convem centralizar na metrópole a administração ultramarina, é preferivel denunciar a alliança inglêsa e negociar outra com os Estados Unidos da America, etc., não só póde deixar de votar no candidato nacionalista, mas até deve votar contra elle e a favor do outro candidato *cathólico* que defenda idéas politicas iguaes ás suas. Os verdadeiros caractéres conformam o seu procedêr com os seus sentimentos e idéas.

E se para o cathólico português houvésse obrigação moral de ser membro do *partido* nacionalista, como é que poderiam existir os *outros partidos*, por cujo avigoramento e reorganização fez votos o programma do Porto, mantido e confirmado por todos os congressos posteriores? Só se esses partidos ficassem constituidos exclusivamente por não cathólicos, só se o nacionalismo désse foros de cidade á heresia e ao êrro. Se a filiação no partido nacionalista fôsse obrigação de todos os cathólicos, em que situação ficava o nosso episcopado? Em que relações ficávamos nós, os fieis, com aquelles que sam os nossos legitimos chefes, e *sem cuja immediata dirècção não póde haver movimento cathólico* digno d'este nome?

Doutrina contrária á da revista franciscana tentou sustentar a formosa e popular publicação, *Novo mensageiro do Coração de Jesus*. Ler os bellos artigos que saíram da penna castigada e primorosíssima do sempre chorado P.e Campo Santo, é reconhecer que o sábio e piedoso jesuíta, talvez já bem atormentado pelos padecimentos que dentro de tam breves semanas haviam de cortar a sua preciosa vida temporal, não teve tempo e socêgo para medir bem a doutrina de Montariol e entendê-la nos precisos e rigorosos termos em que ella foi exposta. Começou por pensar que o escriptor franciscano chamava vida normal ao estado religioso-político em que Portugal se encontra, e não viu que esse escriptor, desenvolvendo a sua these, sob o ponto de vista geral e abstracto, não se pronunciou sobre o estado da sociedade portuguêsa: portanto, vida normal só póde chamar-se àquella em que o Estado não exorbita da esphera dentro da qual é soberano, e em que os legisladores se occupam apenas d'aquelles assumptos em que a Igreja é a primeira a reconhecer-lhes a independência. Tambem quando o escriptor de Montariol fallou em candidato *cathólico* de qualquer outro partido, evidentemente entendeu por *cathólico* aquelle *que o é* e *o sabe ser*; mas o seu oppositor, largando o campo doutrinário onde a questão fôra posta, para descer ao campo da prática nacional onde nos outros partidos se esfalfam a dizer que sam cathólicos individuos que por todas as fórmas provam que o não sam, imaginou que o escriptor da *Voz* com qualquer d'estes se satisfazia para receber os suffrágios d'um bom fiel: ora um *cathólico, que o é*, tenha as idéas politicas que tivér, não é só convicto, mas *praticante* e tambem *combatente*.

Apertado pelas respostas de Montariol, o glorioso e chorado auctor das *Cartas a uns portuguêses d'alem-mar*, *reconheceu, emfim, que o cathólico não é obrigado em consciência, a filiar-se no partido nacionalista,* affirma que nem elle, nem ninguem da sua familia religiosa, ensina tal obrigação, e põe-se, d'este modo, de accôrdo com a doutrinação dos franciscanos, no seu ponto fundamental — a *obrigação de consciência* — que fôra o pomo da discórdia e o grito da guerra mais desleal e mais vergonhosa que se tem feito entre nós contra membros de uma das mais gloriosas milícias do christianismo.

## XVI

*Uma campanha vergonhosa: cathólicos militantes atacando frades. — A guerra é desleal: um escriptor cathólico combate a doutrina da «Voz» só para molestar Montariol! — Allega-se que a doutrina de Montariol fez desertores: o que isto prova, se fôr verdade.*

Essa guerra — quem o diria! — era feita contra frades por indivíduos que se apregoam cathólicos convictos, practicantes e combatentes. Bem quiséramos poder deixar em claro este ponto dolorosissimo, mas forçoso é fazer-lhe expressa referência, porque o que se passou é symptoma que não podem desprezar todos os que se interessam para que a acção cathólica em Portugal não seja uma emprêsa fallida.

Emquanto a discussão corria séria, honrosa e digna entre as duas revistas que sam orgãos de duas importantes e benemerentes ordens, ambas concordes na santa ambição de dilatarem o reino de Deus na terra e conquistarem almas para a eterna felicidade, o que se dizía em outros jornaes e publicações, cujo catholicismo não os impedia de injuriar toda a communidade de um mosteiro cathólico? A *Restauração* de Guimarães saía escripta com bilis; o *Grito do Povo* disparava desrespeitosas *piadinhas* contra os *fradinhos* e disparatava com uma incrivel cons-

tância; o *Petardo* era chulo e grosseiro, e não usava da menor deferência ou gratidão para com esses humildes e despretenciosos franciscanos que foram, durante tantos e seguidos mêses, os desinteressados redàctores de umas folhas soltas que ao mesmo *Petardo* mereciam um particularíssimo rèclamo.

A guerra a Montariol, só porque contestára, d'um modo genérico e como uma proposição de theologia moral, que os cathólicos fôssem obrigados em consciência a filiar-se em um partido político determinado, revestiu taes proporções e descia a taes processos, que ou um vento de insánia varrêra o campo cathólico, ou o artigo da *Voz de Santo Antonio* fôra apenas pretexto para uma campanha que obedecia a intuitos occultos. Pela nossa parte, tentámos todos os esforços a que nos julgámos auctorizados para pôr termo a semelhante escándalo, mas colhemos apenas as mais amargas desillusões. Tinham-nos pedido que collaborássemos assiduamente no *Grito do Povo* e que consentíssemos em incluír o nosso nome na lista dos seus redàctores, e isto deu-nos ousio a pedir que, no mesmo jornal, conversássemos com o collaborador que tanto a peito tomava o ataque á *Voz de Santo Antonio*: mas duas cartas que n'este sentido enviámos à redacção d'aquelle jornal, nem tivéram as honras da publicidade, nem merecêram a deferência de uma explicação particular. Dirigimo-nos tambem a um outro escriptor, que, em outro jornal, se distinguiu na campanha e tentámos fazer-lhe ver que a doutrina da *Voz de Santo Antonio* não merecia semelhante attitude: respondeu-nos que a nossa doutrina

era a que elle e todos reconheciam e professavam, *mas nem elle, nem Fulano, nem Cicrano, nem Beltrano, admittiam que nós defendessemos os padres de Montariol.*

E' espantoso e quasi inacreditavel! Vá isto sem commentários, na sua nudez que deve escandalizar as consciências rectas. Pela primeira vez dentro do campo cathólico se atacava, tam deslealmente, um núcleo illustradíssimo de religiosos, nos quaes a grandeza do talento se irmana com a suavidade das mais peregrinas virtudes. Pela primeira vez uns cathólicos militantes se confundiam com o jacobinismo indígena.

E fazia-se essa campanha *em nome do nacionalismo*, sem que a Commissão Central do Partido desapprovasse semelhante protérvia, sem que um centro districtal ou concelhío, ou uma commissão parochial, repudiasse toda a solidariedade em taes processos!

Se esses cathólicos que tam tristemente se distinguiram no desrespeito a homens que dignamente vestem o hábito do *pòbresinho de Assis*, tentarem agora desculpar-se allegando que os artigos de Montariol fizeram desertar do campo nacionalista muitos individuos que para elle tinham vindo, ùnicamente porque a tanto se julgavam obrigados como cathólicos — taes deserções, se sam verdadeiras, apenas provam que a doutrina publicada pela *Voz de Santo Antonio* nem sequér póde ser accusada de *inopportuna*, porque cada um d'esses desertores mostra que houve abuso no meio de propaganda de que alguem se serviu para os chamar ás fileiras do partido nacionalista. Com effeito, esses homens, quando viéram para o

nosso campo, estavam ou não estavam convencidos da nossa doutrina política? Se estavam, não desertariam, porque não prefeririam outro partido; se não estavam, então quem para cá os trouxe, compelliu-os a entrar em um partido cujas idéas não acceitavam, violentou a sua legitima liberdade e commetteu para com elles o grande abuso reprovado por Leão XIII: servir-se do nome da religião para patrocinar um partido político.

Ora se taes deserções sam tam numerosas como se pretende, é porque o abuso já tinha assumido proporções que não podiam encobrir-se.

## XVII

*Simplificação da questão. — O Papa ensina que os cathólicos não sam obrigados a unir-se em um só partido. — Mas o Papa ensina tambem que os cathólicos devem sacrificar os interesses partidários á religião, bem geral e suprêmo.*

No ardor das discussões, as partes combatentes, no enthusiasmo que provoca a defêsa das suas convicções, tantas vezes não podem ver que a discussão existe e a divergência se prolonga tam sómente porque cada uma pôs a questão principal em terreno diverso. Uma questão mal posta é insoluvel ; e problema bem formulado é meio resolvido.

Na questão da obrigação de consciência, os escriptores de Montariol argumentavam sobre esta base da qual nunca se afastaram : em these, ninguem é obrigado a filiar-se em um partido *politico determinado*, e portanto ninguem é obrigado a filiar-se no *partido nacionalista*, a não ser que tenha firmado a convicção de que a doutrina *politica* d'esse partido é a melhor e a mais ajustada ao progresso do país. O que o frade de Montariol via era o nacionalismo como um *partido politico*, com o seu programma *político* ; e não podia, como bom cathólico, esquecer estas palavras do Papa : « É necessario tambem fugir da opinião... d'aquelles que misturam e confundem, por assim dizer, a religião com um ou outro partido politico, a ponto de declararem ter quasi abandonado o nome de cathólicos aquelles que

fôrem d'outro partido. Isto é fazer entrar sem razão as facções politicas no terreno augusto da religião; é querer destruir a concórdia fraterna e abrir a porta a uma funesta multidão de inconvenientes. Importa, pois, que a religião e a política, distinctas *por genero* e *por naturêsa*, sejam na opinião e juizo, objecto da mesma distincção. (Enc. *Cum multa sint*, ao episc. hisp., de 8 de dezembro de 1882). « É pernicioso o êrro d'aquelles que não distinguem bem os negocios sagrados dos civís e *que fazem servir o nome da religião para patrocinar partidos políticos* ». (Enc. *Pergrato nobis* aos bispos de Portugal, de 14 de setembro de 1886). « Querer introduzir a Igreja nestas questões de *partidos* e *servir-se do seu apoio para mais facilmente triumphar dos adversários*, é abusar indiscrètamente da religião ». (Enc. *Sapientia christiana* de 10 de janeiro de 1890). Quem ousará á face d'estes ensinamentos censurar a doutrina ensinada por Montariol? Quem por exemplo, poderá intimar um legitimista para que, em nome da religião cathólica, deserte das suas opiniões políticas para tomar as do *partido* nacionalista? O franciscano mantinha-se na concépção *official*, e ainda não alterada, do nacionalismo *como partido político*.

Mas nos arraiaes oppostos á *Voz de Santo Antonio*, o nacionalismo não apparecia na sua simplicidade de um *partido politico autónomo*, mas antes como um nome convencional para designar toda a acção cathólica, tanto social como política, em um país assoberbado pelos partidos liberaes e aberto a uma onda de deschristianização e de livre-pensamento. N'este campo ninguem, de bom senso, sustentava que haja para o cathólico a obrigação em

consciência de acceitar o programma político do partido nacionalista, de acreditar em cada uma das suas proposições como em um artigo de fé, e de jurar que ellas sam o que ha de melhor em materia de govêrno e de administração. Os que combatiam a *Voz* fizeram uma idéa, mais ou menos justa, das circumstáncias religiosas e sociaes do país, víram que estamos em plena escola leiga e revolucionária, que a Igreja vive coarctada na escôlha dos seus próprios ministros, que no poder impera o liberalismo mais audacioso, que se desenha a perspectiva de uma perseguição religiosa e d'uma situação ainda mais angustiosa para o catholicismo, uma espoliação sacrilega como em França, e então soáram-lhes aos ouvidos estes avisos do Pontifice: «Sendo a religião o bem supremo, deve ficar intacto no meio das cousas humanas e até nas mudanças dos Estados, porque abrange todos os tempos e logares. É necessário, portanto, que os homens de partidos contrários, divididos no resto, concordem todos que a religião deve ser salva no Estado. Todos os que prezam o nome cathólico *devem unir-se, como por um pacto*, para proseguir com zêlo este desígnio tam nobre *como necessário* e *fazer cessar «ad tempus» as diversas opiniões relativas á politica*, ainda que lhes seja permittido defender estas opiniões *em seu logar*, honesta e legitimamente (Enc. *Cum multa sint*, ao episc. hisp., de 8 de dezembro de 1882). «*Todos os partidos se devem unir* para cercar a religião do mesmo respeito e garantí-la contra todos os ataques. Além d'isso, a política, inseparavel das leis da moral e dos deveres religiosos, deve sempre e *antes de mais nada* preoccupar-se de servir o mais efficàzmente possivel os interesses do catholicismo. *Quando estes se virem ameaça-*

*dos, deve cessar toda a divergência entre cathólicos*, para que, unidos nos mesmos pensamentos e nos mesmos conselhos, vam em serviço da religião, bem geral e supremo, ao qual tudo se deve relacionar (Enc. *Sapientia christiana* de 10 de janeiro de 1890). «Se homens perversos, poderosos pela audácia e pelo numero, se reúnem e conspiram para lhes arrebatar o mais precioso de todos os dons, a Fé e os bens que d'ella dimanam, é justo e *necessário* que os cathólicos, SOB A DIRECÇÃO DOS BISPOS, *reúnam os seus esforços e suas fôrças para lhes resistir* (Enc. *In ipso* ao episc. austr. de 3 de março de 1891).

*N'estas condições*, a união de todos os cathólicos em um terreno commum de acção politica e social é, para todos elles um dever de consciência. Mas tambem se se allegar que não ha outro meio de salvar a Igreja em Portugal, de revogar a legislação que a opprime, de christianizar o povo, senão pela união de todos os cathólicos no nacionalismo (ainda que este seja um simples partido politico) não ha um único franciscano, do collégio de Montariol ou de qualquér outro, que hesite um segundo em responder que a adhesão a esse partido é, mais do que uma alta conveniencia, um imperioso dever de consciência.

Definisse-se rigorosamente, de parte a parte, o significado que cada um dos polemistas dava á palavra *nacionalismo*, e a discussão acabaria immediatamente. É um simples partido politico? a doutrina de Montariol era superior a todo o ataque. É o meio e o processo de uma larga acção catholica, politica e social, considerada a unica fórma de assegurar o triumpho da Religião e o engrandecimento da Patria? então não ha hesitação possivel em acceitar a opinião do campo contrário.

## XVIII

*O caminho a seguir. — Uma digressão pelo estrangeiro. — O Kulturkampf allemão e o regalismo português. — As «leis de maio» e a nossa legislação. — Os cathólicos belgas. O governo anti-cathólico de Frère-Orban e a opposição do partido cathólico.*

Chegando a este ponto do nosso estudo e tendo esboçado a traços largos, mas rigorosos, a marcha do movimento cathólico em Portugal, podemos resolutamente pôr esta questão: *qual o caminho a seguir para o futuro?*

Para responder, consideremos qual é a situação juridica da Igreja em Portugal, volvamos os olhos até ao estranjeiro para que a experiência dos outros nos sirva de lição, e ponderemos as condições religiosas, moraes, sociaes e politicas da actual sociedade portuguêsa.

Monsenhor Conrado, bispo de Paderborn, n'uma carta pastoral que publicou em 1875, referindo-se ao *Kulturkampf* allemão, escrevia: «Depois de Diocleciano não se tornou a fazer uma perseguição tam violenta contra o nome de Jesus Christo». O zeloso bispo ignorava a legislação portuguêsa, senão veria que as chamadas *leis de maio* já estavam de ha muito em uso na pátria de Santo Antonio.

Bismark rompeu a guerra em 1872, excluindo do territorio do império a Companhia de Jesus, as ordens filia-

das n'ella e as congregações análogas. Ora nós começámos com Pombal, mais de um século antes, e em 1834 abolimos todas as ordens religiosas, tomando o Estado conta dos seus bens. O chanceller de ferro, se precisou de modelos, veio buscá-los ao torrão lusitano, e não só contra os frades, mas para o mais.

Pela lei de 11 de maio de 1873, a Allemanha subordinou ao arbítrio do chanceller e do ministro dos cultos a nomeação para os cargos ecclesiásticos. Ora em Portugal faz-se assim desde 1883, anno em que saiu o decreto que extinguiu todos os padroados e tornou de nomeação régia *todos os benefícios* e *empregos ecclesiasticos*. À sombra d'este decreto, promulgou-se a lei de 1845 que nega aos bispos o direito de escolherem livremente o pessoal docente e administrativo dos seus seminários, e o decreto de 1862 que regulamenta o provimento dos canonicatos e paróchias. Iamos, pois mais adiantados de que Bismarck.

Em 12 de maio do mesmo anno, uma nova lei prussiana atacava a auctoridade disciplinar da Igreja e constituia um tribunal régio, muito especial, para onde se appellava das decisões das auctoridades ecclesiasticas. Era o *recurso á corôa* já muito vèlhinho na legislação portuguêsa, mas com esta differença: ao passo que o rei da Prússia constituiu um tribunal *ad hoc*, a nossa legislação deixou isso aos tribunaes ordinários, e um bispo é citado para dizer da sua justiça, no mesmissimo tribunal para o qual sobem em recurso as sentenças contra os criminosos vulgares. Quere dizer: a Prússia foi tambem violenta como nós, mas algo mais delicada.

Em 19 de janeiro de 1874, Falk, ministro de cultos, referendava uma lei pela qual o poder civil podia depôr os

bispos e obrigar o clero a reconhecer uma vacancia assim declarada com manifesto desprezo de todas as leis canónicas. Ora em Portugal mais d'uma vez se permittiu declarar vagas sés cujos titulares estavam vivos, e tinham sido confirmados pela Santa Sé.

Pois toda esta legislação que levantou os cathólicos allemães, que determinou a formação do *Centro cathólico*, que deu causa a luctas porfiadas, tem ha muitos annos pacífica applicação no *reino fidelissimo*.

Em Portugal a situação juridica da Igreja é a seguinte: ha o *beneplacito* que, segundo a letra da lei, parece poder estender-se ás proprias pastoraes dos bispos, e havendo até quem sustente que nem lhe escapam os Breves da Penitenciaria apesar de só terem valor no fôro interno; ha a *insinuação régia* que é uma violência feita aos cabidos, tirando-lhes toda a liberdade para a eleição do vigário capitular; ha a suffocação da liberdade do bispo como reitor nato do seu seminário; ha o ministerio da justiça a fazer cónegos e párochos; ha o Estado a pôr-se de permeio nas communicações entre o Papa e os Bispos e os Fieis, impedindo o livre accesso das súpplicas ao Chefe Supremo da Christandade; ha o ensino religioso banido das escolas secundarias, reduzido ao minimo na escola primaria, e sem a inspécção da auctoridade ecclesiástica; ha o recurso á corôa, que qualquer padre pode interpor das decisões do seu legítimo Prelado; ha a expulsão das ordens religiosas e a confiscação sacrilega dos seus bens: ha as maiores restricções ao direito natural de propriedade que a Igreja, como sociedade perfeita, possue; ha, finalmente, um circulo de ferro suffo-

cando a vida religiosa e collocando a Igreja na mais completa dependencia do Estado.

A situação da Igreja em Portugal é, portanto, tam dura como aquella que os cathólicos allemães souberam desfazer, mesmo luctando com Bismarck, e talvez menos vexatória do que a situação que lhe havia criado o liberalismo belga, mas que teve o condão de unir os cathólicos d'aquelle pequeno estado para restituirem a liberdade a quem á liberdade tem um sacratíssimo direito.

Na Belgica, como aliás em toda a parte, foi a maçonaria que atirou o guante á Igreja no congresso de Bruxellas, reünido graças á iniciativa do gran-mestre Dufacqz; mas o ministério Rogier não teve forças para realizar a deschristianização do ensino, antes teve de acceitar o *regulamento de Antuérpia* para a escola secundária d'esta cidade, approvado pelo arcebispo de Malines, e por força do qual a escola devia dar um ensino religioso, o clero cathólico teria assento no seu conselho administrativo e os professores deviam conformar-se com as suas indicações na escolha dos compêndios. O ministério *liberal* de De Brouckère viu-se levado pela opinião pública a apresentar ao parlamento uma proposta dando a todas as outras escolas a faculdade de adoptar o regulamento de Antuérpia. Os governos cathólicos da Belgica, principàlmente os ministérios de Anethan e de Malou procuráram o melhoramento moral e material do país, com a circunspecção devida em governantes, que tem a obrigação de ver que as leis, por mais bellas que sejam, tambem precisam de procurar a sua opportunidade. A sociedade belga era fortemente minada pela propaganda anti-cathólica e o libera-

lismo era uma potência com que o governo devia contar e o obrigava a não proceder precipitadamente, lançando o país em graves perturbações. Em um país não ha só o problema religioso, e as grandes questões sociaes não podem encarar-se unilaterálmente. As massas cathólicas da Belgica não quiséram ver isto, começáram a accusar o governo de tíbio, e dando assim fôrça aos seus inimigos, apenas conseguiram lançar por terra o gabinete cathólico e abrir os conselhos da corôa aos liberaes capitaneados pelo anti-cathólico Frère-Orban, que laicisou o ensino, quebrou as relações com a Santa Sé, supprimiu as verbas destinadas aos professores cathólicos, recusou a isenção do serviço militar aos ecclesiásticos, etc.

Foi perante estes males que os cathólicos voltáram a unir-se, e posto todos estejamos acostumados a ouvir fallar em um *partido cathólico belga,* a verdade é que tal partido mais deve considerar-se uma concentração de forças cathólicas, na qual, *politicamente,* se descobrem varios matizes, que bem evidenciados ficáram com a organização do gabinete Malou em 1884, e pouco depois com o de Beernaert. Os próprios deputados chamados *democratas-christãos,* dirigidos pelo padre Daëns, cuja obediência ao seu legítimo superior deixava bastante a desejar, não contrariavam, antes apoiavam a acção do movimento cathólico. Ha poucos mêses aínda, as diversas tendências da maioria cathólica sobre questões de política e administração, puséram em grave risco a estabilidade do actual gabinete cathólico.

Interrompamos a digressão e continuemos no estudo das nossas cousas.

## XIX

*A influência da Igreja na actual sociedade portuguêsa. — Os bispos não têm liberdade de acção. — A vida moral do país depois do regicídio: pústulas sociaes e políticas. Alguns homens públicos pretendem apoiar-se n'esta podridão. — Não ha um partido capaz de assumir as responsabilidades da hora presente. — A reacção conservadora.*

Desde que a Igreja está em Portugal tam manietada como vimos, ella nem póde exercer sobre a sociedade toda a sua acção morigeradora, nem mesmo efficàzmente defender-se a si própria contra qualquér mal de ordem interna. A acção social da Igreja em um país determinado vale o que valem os seus Bispos, e estes pouco podem fazer, se sobre elles pesar, em quasi todos os seus actos, a férrea mão do Estado. Se os nossos Bispos fizéram tudo o que pudéram fazer, ou se podiam fazer mais e melhór, não é aos fieis, mas só ao Papa, que pertence o julgamento: ai da sociedade ecclesiástica, ai da hierarchia estabelecida por Deus, se as ovelhas passassem a ser os juízes de seus pastores! Obedeçamos fidelìssimamente ao nosso Bispo e quites ficaremos quando prestarmos contas no tribunal divino, porque não é pelo seu pastoramento que havemos de responder, mas sim pela nossa submissão e obediência.

Privada a Igreja da sua legítima liberdade de acção e entregue a sociedade, sem a menór resistência, á invasão das doutrinas demolidoras e revolucionárias, o nosso país chegou a esse inacreditavel extremo de decadência moral,

de que só se começou a tomar conta, depois que o mais infame dos crimes abriu a sepultura de um monarcha patriota e de um príncipe innocente. Só então se começou a ver a grandeza do abysmo onde nos tínhamos despenhado. Poupemos ao leitor a descripção da vida moral da nossa sociedade antes do regicídio, e recordemos-lhe apenas as pústulas que se teem aberto depois d'essa tragédia infame.

Os anarchistas francêses jámais tentáram fazer a pública consagração de Vaillant ou de Casério, mas milhares de lisboetas, dias volvidos sobre o crime, fizéram a pública apotheose dos dous regicídas conhecidos: e o govêrno de um povo culto, em vez de proïbir, a todo o custo, essa perversidade inaudita, mandou guardá-la pela policia, não fôsse algum grupo de cidadãos honestos, jùstamente indignados, pôr em debandada a romagem infame. Succedem-se os suicidios mysteriosos, morre tragicamente envenenado um humilde engraixador que denunciára um plano tenebroso urdido pela sociedade que promoveu a glorificação dos regicidas; apparece assassinado o cúmplice de um roubo mysterioso de cartuchos embalados; collocam-se bombas dentro dos templos cathólicos — e as instituições de segurança pública capitulam diante do transparente enygma. Tem Lisboa sufficiente guarnição para manter a ordem, mas houve govêrno que deixou a cidade entregue, quasi por vinte e quatro horas, ao vandalismo da canalha que, no dia seguinte ao das ultimas eleições geraes, punha tudo em anarchia saüdando a Rèpública. Celebra-se um chamado congresso pedagógico, no qual se apostolizou um ensino que levasse até ao fim a deschristianização da mocidade e se fez a apologia de uma orienta-

ção que seria o exterminio da Religião e a destruïção do Throno, e apparece a tomar parte, n'uma das sessões, um ministro da Coroa, em serviço effectivo, e leva-se a mão inexperiente de um joven Rei a subscrever um telegramma exprimindo votos pela realização do ideal do congresso! O país, que sentiu a maior indignação contra esse crime de fogo posto que fez perecer no horror das chammas vários inquilinos do predio da rua da Magdalena, vê hoje fazer-se uma campanha a favor dos incendiários, e sabe muito bem d'onde ella parte e que poder occulto a dirige. O país sabe hoje, pela leitura de certos jornaes, que todo o maltrapilho com moradía periódica no Limoeiro, é apresentado como uma victima da brutalidade e da ignorância da polícia, desde que possa apresentar a recommendação de um bilhete que o identifique como sócio de qualquer club ou centro revolucionário. O país sabe que se está preparando uma geração perigosíssima, porque impùnemente, se estão deformando moràlmente alguns milhares de crianças arrebanhadas por algumas dezenas de escolas sèctarias, onde em vez dos cánticos religiosos se lhes ensina a lettra insonsa da *Sementeira* e onde, nos altares diante dos quaes deviam curvar-se na adoração de Deus, se lhes colloca a figura deïficada de Buiça. O país sabe que, sem obstaculos de especie alguma, se está fazendo uma torpe exploração com a infáncia indigente, exigindo-se que, em troca de um hypocrita beneficio, os pobrezinhos se esfalfem a soltar gritos subversivos e acclamações revolucionárias.

E perante todo este cortejo de misérias, que desistimos de enumerar na sua totalidade, alguns homens públicos, os que teem partilhado as responsabilidades do poder e pelo poder continuam a aspirar, longe de se colligarem

n'um esfôrço para sarjar toda esta podridão, é n'ella que pretendem apoiar-se para fazer vingar as suas pretenções, não se apercebendo de que estam edificando sobre lôdo infecto. O que esses homens fazem é explorar a phobia anti-religiosa d'uma demagogia dementada, procurando impôr-se pela popularidade jacobina; o que fazem é transigir vergonhòsamente, em vez de mostrarem todo o valor da sua personalidade, resistindo e vencendo.

Para levar a cabo a urgente obra governamental, a política portuguêsa não tem *actuàlmente* um partido que aguante com o seu pêso. Partidos, dignos d'este nome, não os havia ha muito em Portugal; todavia, até á morte de Hintze Ribeiro, podia dizer-se que havia duas grandes facções que nos davam a illusão de dous grandes partidos. Porém depois, surgíram os grupelhos, pequenas seitas cujo credo é um despeito ou uma ambição insoffrida do seu cabecilha, incapazes de se unirem sobrepondo a salvação do país ao interesse de corrilhos facciosos, pactuando apenas ephémeros accordos nos quaes o bem público e o prestigio do poder não entram em linha de conta. Só o nacionalismo e o franquismo teem conseguido affirmar a sua dignidade moral e politica.

Os govêrnos vivem assim em equilíbrio instavel, sem coragem para saberem morrer, e sem prestígio para poderem resistir.

Contra tudo isto, porque no organismo social português nem tudo está perdido, e ha ainda muitas céllulas com energias para reagir, começa a desenhar-se e a pronunciar-se uma corrente conservadora, que é mister aproveitar e *orientar*.

# XX

*Os cathólicos perante a decadência actual. — Os congressos das Aggremiações Populares Cathólicas: dous homens que sam duas esperanças. — Os velhos defeitos. — Os nossos inimigos e o preceito da caridade. Processos condemnaveis. — O novo movimento conservador. Não é um movimento cathólico mas deve ser aproveitado e orientado pelos cathólicos. Um ponto de contacto.*

Perante esta incrivel decadencia, os cathólicos teem luctado. Os melhores florões da nossa acção social tem sido os *Congressos das Aggremiações Populares Cathólicas,* que puséram em luminoso destaque duas individualidades privilegiadas, que sam hoje as mais bellas esperanças do nosso movimento cathólico: o Dr. Sousa Gomes, lente da Faculdade de Philosophia na Universidade de Coímbra, homem d'um só rosto, d'uma só fé e d'um só parecer; e o P.e Fructuoso da Fonseca P. Pacheco, o jovem franciscano, que é a prova viva de que a Ordem Seráphica continúa na posse d'esse mirífico segrêdo de formar e educar a democracia christã. A esses congressos, tem o episcopado accorrido e assumido a sua dirècção e presidência, e se, nos dous primeiros, a obra nem sempre soube traduzir-se nos devidos resultados práticos, nos últimos, realizados sob a alta vigiláncia dos Bispos, abriu-se incontestàvelmente um novo horizonte á acção popular cathó-

lica. Se ao trabalho d'estes congressos, por sua naturêsa restrictos ás aggremiações constituidas, pudéssemos juntar as *semanas sociaes*, tentando introduzí-las entre nós, sólidos alicerces lançávamos á obra em que todos, como cathólicos militantes, andâmos empenhados.

Fóra d'aquelles congressos, a acção cathólica continúa a padecer dos seus antigos defeitos; desunião, falta de unidade de plano, imperfeita descriminação dos meios e processos de combate.

Perante os excessos dos adversários, que despejam calúmnias e blasphémias, o cathólico não tem conservado a serenidade e ha por vezes retorquido aos inimigos pelos mesmos processos que n'elles condemna, e que sam faltos d'aquella caridade que Jesus nos impôs para *com todos* e que é, e deve ser, a grande arma de combate do soldado da Igreja. Não nos é licito atacar os homens, mas impugnar e rebater as suas idêas falsas, os seus êrros. Somos obrigados, como cathólicos, a observar aquella santa máxima de um grande santo: *diligite homines, interficite errores*. Deprimir, enxovalhar, ridicularizar os adversários, é ajuntar á desgraça de um êrro, uma justa indignação. Porque elles assim nos tratam a nós, não nasce direito para que igualmente os tratemos a elles. Combatendo o êrro, devemos, como bons christãos, fazer os mais ardentes votos e praticar todos os sacrificios para converter aquelle que o sustenta. Ora não nos consta que o insulto e a descompostura sejam meio recommendavel para alcançar conversões. Uma alma em erro carece de luz, e a luz não faísca de uma penna embebida em fel,

mas só d'aquella que, intransigente na verdade e refutando com firmeza o êrro, está sempre temperada no fogo da caridade e do amor do próximo.

Se tomarmos de alguns dos nossos jornaes cathólicos, mais inflammados no enthusiasmo do combate, e o dermos a lêr a um cathólico de poucas lettras para que por elle aprenda a defender a sua fé contra objecções que todos os dias ouve nas ruas, nos theatros, nos estabelecimentos, nos mercados, etc., e ao fim de três ou quatro mêses, para o experimentarmos, lhe repetirmos uma d'essas mentiras e falsidades vulgarissimas em cada número dos jornaes revolucionários, — esse homem sente-se desarmado, incompetente, confundido, porque o que o seu jornal lhe ensinou para responder a esses êrros foi tratar, quem os edicta, por ignorante, idiota, corrompido, reu de crimes varios, petulante, etc., etc. Por este processo, o nosso jornal só consegue excitar a sentimentalidade, mas não illustra a intelligência; desencadeia paixões, mas não robustece idéas.

Se entre nós ha um público que gosta d'estes processos de combate, que se compraz a ler esta litteratura de escándalo que o diverte tanto quando despede coriscos contra o sr. Dr. Affonso Costa, como quando desrespeita o pobre franciscano de Montariol, se as assignaturas e a venda avulsa teem por metro a quantidade de objurgatórias pessoaes contra os propagandistas do livre-pensamento e da revolução, o jornalista cathólico, digno d'este nome, não póde deixar-se ir n'esta corrente deseducadora, lisonjeando esta sentimentalidade mórbida; antes assiste-lhe o dever de luctar contra ella, de moderar e reprimir as paixões do seu público, e de ensinar os seus leitores a conservarem

os impulsos de sua sentimentalidade sob o domínio da razão e da caridade para com todos. Chamar *Bombardino* ao Dr. Bernardino Machado é argumento que convença alguem dos perigos da escola leiga? Chamar *Margarido* e cousas várias a França Borges mostra ao público que o *Mundo* não póde entrar em casa de um homem de bem? Chamar *Unha* e *Gosta* ao Dr. Cunha e Costa serve para demonstrar que a implantação da rèpública seria a desgraça de Portugal? E este achincalhamento dos nomes, sobretudo dos nomes próprios, não envolve, de certo modo, um desrespeito, ainda que invòluntario, pelo baptismo, que é a porta da Igreja? Porventura a obra de redempção não foi para beneficio de *todos* os homens, e Jesus não morreu tambem por esses inimigos nossos, nos quaes a personalidade humana, alem de inspirar compaixão pela sua cegueira, é tam digna de respeito como em qualquér de nós? Alguem nos garantiu de que as graças do Espirito Santo se fecháram para qualquér d'esses adversarios mais encarniçados e que algum d'elles não ha-de resgatar o mal que tem feito á Igreja, vindo, contricto e arrependido, abraçar-se á arvore da Cruz?

Ah! quantas almas torturadas não andarám perdidas entre os séctarios do livre-pensamento indígena, que grandes luctas interiores não terám por theatro a consciência de alguns d'esses homens que parecem tam cegos e tam faciosos no combate contra Deus e a sua Igreja! Se conseguirmos instillar em sua alma uma palavra de amor e de caridade em qualquér d'essas horas de espantosa guerra intima, quem sabe se não sentiremos o santo alvoroço de haver arrancado ás garras de Satan um homem que, no

mais recondito da sua alma, suspirava pela luz inebriante da verdade?

Nós não temos, nem podemos ter, o menor interesse em desencadear uma guerra civil, e é urgente acautelar que o nosso indispensavel combate contra o êrro e contra a deschristianização geral não consista apenas em acumular lenha para uma grande fogueira. Se essa lucta rebentar, se tivermos de cair na rua varados porque confessâmos a Christo, se fôr preciso defender pela força os direitos da nossa consciência, saberemos luctar e saberemos morrer, porque não devemos temer a lucta por mais despiedada que seja; mas que ninguem possa com razão accusar-nos de que a desejámos e a provocámos.

Ante os últimos successos que teem envergonhado a pátria portuguêsa, surgiu uma reàcção já bem pronunciada, e na qual tantos pretendem ver um despertar do sentimento religioso e um regresso ás práticas do catholicismo. Oxalá que assim fôsse, mas, em nossa opinião, o que ha, por emquanto, é um avigoramento do *espírito conservador* que, sem ter quaesquér preferências de ordem religiosa, recúa ante o futuro que prepara uma demagogia infrene. É um movimento que não partiu *de nós,* nem é feito *para nós*, os cathólicos, mas que nós podemos e devemos aproveitar.

Para que esse movimento pudésse, desde já, considerar-se um regresso á Igreja, tanto tempo desprezada, seria mistér que a nossa sociedade não patinasse em uma lamentavel ignorância religiosa. A grande maioria dos portuguêses, mesmo d'aquelles que repellem os apodos de

atheus ou de indifferentes, não sabem devidamente o catechismo. Qualquér d'essas costureiras que a propaganda protestante arrebanha para a sua catechese, tem uma instrucção religiosa mais completa do que muitos e muitos diplomados que se dizem cathólicos, e isto porque os processos pedagogicos dos nossos inimigos sam muito mais bem curados. Alem d'isto, a maiòr parte das corporações que tem a seu cargo o culto público e o afervoramento da piedade, estam na mão de pessoas ignorantes da religião ou suas declaradas inimigas : as misericórdias caíram á mercê da política mesquinha e a eleição das suas mêsas é uma lucta partidária de tanta importáncia como a eleição d'uma vereação municipal ; das confrarias, principalmente se sam ricas, muitas estam em poder da maçonaria ; e irmandades de terciários ha que estam entregues a uns conspicuos cidadãos que não fazem a menór idéa do que seja um noviciado e uma profissão e que se verám sèriamente embaraçados se tivérem de provar que sabem persignar-se e benzer-se. Centenas e milhares de indivíduos que assistem pontuàlmente á missa, não sabem o que é a missa e estam sempre promptos a assignar quantas representações e protestos lhe apresentarem contra as ordens religiosas, que confundem sob a rubrica geral de *jesuitas,* e tomam a má parte que se lhes aconselhe a frequência dos sacramentos pelo decurso do anno. Ha n'uma grande porção da sociedade portuguêsa a convicção de que os párochos e os bispos sam serventuários do Estado e que estam á obediência d'este, mesmo no exercício da sua missão religiosa.

Não obstante esta ignoráncia e este descarrillamento, o que n'esta reàcção geral contra as torpezas do presente se esboça, já com uma certa nitidez, é o sentimento de

que a religião tem uma certa *utilidade* e é preciso *conservá-la*. Para muitos dos que, ha dous dias, olhavam com desdem para os padres e para os templos, e tinham um certo luxo em mostrarem-se *espíritos fortes*, a religião já se lhes afigura um *meio* indispensavel para a manutenção da ordem e para a repressão de certas tendências demolidoras, e concebem a Igreja assim a modo de uma polícia de sotaina com uma certa acção preventiva contra as perturbações sociaes. Esses indivíduos ja hesitarám em pedir a expulsão dos frades e das irmãs da caridade, e podemos estar certos de que nos apoiarám discrètamente quando reclamarmos que a escola official seja mais desvelada na instrucção religiosa dos alumnos.

É, pois, de boa diplomacia que procuremos entender-nos com esses homens, embora nós consideremos a Igreja uma instituição *divina* e *necessária*, e elles a tenham apenas por uma formação *histórica* e *conveniente*. Já temos o ponto de contacto da sua utilidade: é quanto basta para se abrirem negociações, pelas quaes podemos responder a algumas difficuldades do presente, e ir já edificando para o futuro.

Nós, os cathólicos militantes, que sabemos o que é a Igreja e a naturêsa das obrigações que a nossa qualidade de cathólicos nos impõe, somos aínda uma pequena minoria entre os milhões de portuguêses. Desprezar allianças dignas, sobre prosápia injustificavel, seria ter em pouco o triumpho da nossa causa. Ora já que os inimigos da fé sam ao mesmo tempo os inimigos da ordem legal, procuremos n'aquelles que por este título os combatem, um apoio para a nossa acção. E se não alcançarmos uma alliança, saibamos ao menos assegurar uma neutralidade.

## XXI

*A propaganda nacionalista e os cathólicos dos outros partidos. — Exigência demasiada: deixar uma opinião politica para perfilhar outra. — Um campo commum para todos os cathólicos: nada de programmas « partidarios ». — A constituição do Centro allemão. — Um programma mínimo de acção politica: relações entre a Igreja e o Estado; ensino religioso; constituição christã da familia; legislação social.*

Consideremos agora outro aspecto do problema.

O nacionalismo é um partido político com o seu programma assente e digno de louvor, e com a innegavel e irrecusavel caracteristica de um partido que tem tomado a peito, nobre e levantàdamente, a causa da Igreja. Todavia, após quasi dez annos de propaganda, esse partido não logrou reünir no seu grémio individualidades cujos sentimentos religiosos sam conhecidos e incontestaveis. No franquismo ha um núcleo de estadistas que sam cathólicos práticantes, e aínda ha bem pouco tempo esse grande semeador da palavra divina que se chama o Cónego Senna Freitas preferiu as fileiras do partido traiçoeiramente vencido em 1 de fevereiro ás fileiras do nacionalismo. No partido progressista militam cidadãos de provadas crenças religiosas; ao serviço dos regeneradores ha muitos párochos zelosos e dignissimos; e até no campo dos dissiden-

tes, cujo chefe tem divulgado heresias sobre a constituïção da Igreja, levanta-se a figura do suave cantor do *Caminho do Ceu*, um poema imprègnado do mais puro mysticismo religioso, o livro mais bellamente christão que, nos últimos annos, tem saído dos prelos portuguêses.

Nós não podemos acreditar que todos estes homens se furtem a collaborar em uma intensa e fecunda acção cathólica e a sacrificar as suas opiniões políticas á libertação da Igreja e á christianização da nossa sociedade. Ha alguma causa que impede esta união indispensavel de todos os cathólicos, e essa causa está, a nosso ver, no facto de nós, os cathólicos militantes, exigirmos mais do que aquillo que nos é permittido exigir-lhes.

Nós, obedecendo ás instrucções do Papa, podemos exigir aos cathólicos de todos os partidos que «cessem *ad tempus* as diversas opiniões relativas á política», que sacrifiquem as suas opiniões políticas ao indispensavel triumpho da Igreja; mas o que não podemos, ao que nada nos auctoriza, é a exigir d'esses cathólicos que, para se unírem no campo da acção religiosa, reneguem essas convicções mèramente políticas *para tomarem outras*. O que não podemos exigir é que o cathólico, que tem militado no franquismo, venha para o nosso campo trabalhar, mas com a condição de que ha-de sustentar que a dictadura deve ser rigoròsamente punida; que o progressista ou o regenerador, que sacrificáram ao serviço da Religião as suas convicções partidárias, passem a combater e a reprovar as doutrinas mèramente políticas que nos seus antigos partidos sustentáram; que o legitimista, que julga melhór uma

organização especial do poder legislativo, com um alto conselho que dê fórma definitiva aos capitulos das côrtes, passe a julgar preferivel um outro systema parlamentar; n'uma palavra, o que nós não podemos exigir, *em nome da religião,* é que o cathólico, que tem praça assente nos outros partidos existentes, renegue as suas doutrinas políticas para acceitar, como um novo credo, os diversos artigos do programma político do partido nacionalista. Nós acceitâmos as idéas politicas d'este partido, e cremos que, de um modo geral, o seu programma é preferivel ao de todos os outros partidos; porisso n'elle nos alistámos, e, como tantos outros, não fomos dos primeiros a accorrer, porque, apesar de termos sido sempre cathólico militante e de já podermos enfileirar na velha guarda dos combatentes cathólicos, precisámos primeiro de firmar a convicção de que a nova doutrina política, senão em cada um dos seus pontos, ao menos na sua generalidade e no seu conjuncto, era preferìvel e pràticamente mais efficaz do que a de todos os restantes partidos portuguêses. Mas porque commungâmos no credo político do nacionalismo, não deixâmos de reconhecer a todos os outros cidadãos, por mais estrenuos defensores da Igreja, o direito de não acceitarem esse programma, de não se mostrarem convencidos de que elle é o melhór, porque tambem nós, e comnosco outros que sam hoje decididos apóstolos do nosso partido, andámos bastante tempo arredado d'elle, sem que a nossa consciência nos accusasse de que faziamos violência aos sentimentos religiosos que sempre tivémos, que nunca encobrimos e em toda a parte manifestâmos. Pelo que toca a opiniões políticas, a Igreja reconhece a mais ampla liberdade, não exigindo senão que ellas sejam *licitas e*

*honestas*, isto é, que sejam conformes com a moral e com o direito divino.

Para darmos aos cathólicos de todos os partidos um campo commum, onde a união se faça e todos se empenhem solidàriamente no triumpho da grande causa, que é de todos nós, é mister abstraír, o mais possivel, de idéas politicas, de programmas partidários, e estabelecer um plano de reivindicações de ordem religiosa e social, com o qual *todos os cathólicos* têm obrigação de estar de accordo, e a cuja realização *nenhum* póde antepor as suas idéas políticas, antes deve sacrificá-las *conforme a opportunidade*, seguro de que sacrifica um bem menór a um bem maiór.

E não se diga que isto é arripiar caminho e voltar á phase originária e phantasista do nacionalismo. N'essa primeira phase, cada um dos adherentes ao novo grupo ficava, ao mesmo tempo no seu grupo antigo, unido a elle pela disciplina partidária no que não dissésse respeito á acção cathólica.

Não é isto o que convem. É indispensavel que o cathólico se desligue de todos os compromissos de disciplina com o seu velho corpo partidário, para conformar o seu procedimento apenas com o plano de acção cathólica. No centro allemão ha democratas do Rheno e feudaes da Silésia, bávaros particularistas e prussianos patriotas, guelfos, alsacianos e polacos, protèccionistas e livre-cambistas, industriaes e agrarios, etc. ; nenhum d'estes homens renunciou ás aspirações politicas e regionalistas ou ás reivindicações da sua classe, mas antepôs á sua satisfação

o objectivo commum que, como cathólico, se propunha realizar. Primeiro dedicáram-se á emancipação da Igreja e a uma vasta e sábia legislação social; o mais, que só de um modo particular a cada um interessava, foi addiado para tempo mais oppurtuno. O alsaciano ou o polaco, o industrial ou o lavrador, nunca hesitáram em votar leis de ordem política ou administrativa mais ou menos dissonantes das suas aspirações nacionaes ou interesses de classe, desde que essa votação fôsse pactuada em troca de outras concessões que davam satisfação ás suas reclamações como cathólicos. Elles soubéram applicar ás luctas políticas do parlamento do Império, o grande preceito cathólico: *procurai primeiro o reino de Deus e o resto vos será dado por acrescentamento.*

Não é difficil formular um programma mínimo de acção política que todo o cathólico deve receber e em cuja realização deva cooperar, sob pena de auctorizar todas as suspeitas àcêrca da sinceridade e firmeza das suas convicções religiosas.

Quanto ás relações entre a Igreja e o Estado, não póde haver discrepáncia na opinião de que nos cumpre fazer caír aos pedaços o nosso *Kulturkampf*, essa legislação, que não é menos violenta e oppressiva que as *leis de maio* de Bismarck. Ora essa legislação, por não ter encontrado resistência séria, entrou em vigor, em quasi todos os seus pontos, e juncou a vida religiosa de ruínas. Ha males que sam hoje de difficillima, senão impossivel, reparação: ha factos consummados cujo único remédio é legitimá-los. Já não é facil restituir á Igreja os bens de que Ella foi es-

poliada e ha muitos annos entráram no património dos particulares; difficil é tambem restaurar esses padroados que fôram abusivamente declarados extinctos. Não sendo possivel restaurar a ordem legal, tal qual era antes de violada, só póde criar-se uma nova situação jurídica mediante uma concordata negociada com a Santa Sé. Esta concordata torna-se indispensavel para a solucção de outros problemas interessantes, como, por exemplo, o da dotação do clero. O Estado não póde resolvê-lo por si só, a não ser que nas suas finanças encontre recursos para, com rendimentos exclusivamente seus, augmentar as congruas dos párochos: mas desde que para esta dotação haja de applicar bens e rendimentos da Igreja, bulir com os costumes legítimos, supprimir as esmolas dos fieis, que sam de tradição apostólica e estam quasi no ámago da doutrina, alterar beneficios ou estatuir sobre o modo do seu provimento, nada d'isto o governo póde fazer sem prévio accôrdo com o poder espiritual. Portanto, revogação das leis que violam os direitos fundamentaes da Igreja e concordata com a Santa Sé para o estabelecimento d'uma situação legal — sam reivindicações que todo e qualquer cathólico tem de perfilhar e ao seu deferimento sacrificar todas as divergências partidárias.

A questão do ensino religioso nas escolas primárias e secundárias é outro ponto sobre o qual não póde haver discrepância entre cathólicos, nem quanto á sua urgente necessidade, nem quanto á sua indispensavel e legítima inspècção e fiscalização pelo poder ecclesiástico.

A constituïção christã da familia, hoje tam atacada pelos arautos do casamento civil, do registo civil obrigatório e do divórcio, é matéria em cuja defêsa todos os

cathólicos sacrificarám de boa mente as suas aspirações mèramente partidárias. Se nos disserem que, n'este ponto, a nossa legislação não é das peióres, objèctaremos que ha muito a remediar, pois o nosso código não estabeleceu sancção de espécie alguma para os que violam o impedimento da ordem ou do voto e se amancebam legalmente na presença de um administrador de concelho ; e demais, nas leis e arestos dos tribunaes, ha recursos para forçar o párocho a declarar legítimo, no assento de bàptismo, o filho nascido d'estes concubinatos legaes.

Fóra do problema das relações da Igreja com o Estado, dos direitos da Igreja sobre o ensino público e da defêsa da constituição christã da familia, o Papa chama a attenção de todos os cathólicos para esse campo vastíssimo da legislação social que visa a melhorar a sorte material das classes pobres e trabalhadoras. Essa legislação é a traducção legislativa das obras de misericórdia : vir em soccôrro, material e espiritual, do proletariado é dar de comer a quem tem fome, vestir nús, visitar enfêrmos, ensinar ignorantes, perdoar injúrias e até remir captivos, pois captivos sam e serám da sua pobrêsa e da sua miséria, escravos das máchinas e das officinas, se a voz da caridade christã não fizér com que os legisladores escutem os direitos dos proletários e façam respeitar em cada um d'elles uma pessôa humana, tam digna como a do patrão, e tam preciosa que a sua redempção custou tambem o sangue de um Deus.

Portanto, o descanço dominical, a limitação das horas do trabalho, os privilégios do salário, a hygiene das fábricas e officinas, os seguros contra a desoccupação, contra os desastres do trabalho e contra as doênças, a aposenta-

*

ção por invalidez e velhíce, o crédito popular, os montepios, a solução pacífica dos conflíctos entre operários e patrões, os lactários, as escolas operárias, as obras de patronato, o trabalho dos menóres e das mulhéres, etc., sam outros tantos assumptos que interessam immediàtamente á organização social e sobrenadam, porisso, a todas os questões de alcance partidário.

Um forte núcleo de cathólicos constituído para effèctivar estas reclamações de ordem religiosa e social, fica com todos os movimentos livres para proceder, na esphera mèramente política e administrativa, consoante a opportunidade, sem ligações e compromissos com um programma predeterminado. N'esse campo, o seu apoio a um ou outro govêrno. n'uma determinada questão sujeita á discussão parlamentar, entra na alçada dos accôrdos políticos sobre a rubrica geral do *do ut des, facio ut facias*. N'uma discussão sobre uma moção de confiança, sobre o orçamento, sobre uma lei de fomento, sobre uma reforma de contabilidade, sobre a constituição do conselho de estado, sobre construcções navaes, sobre organização do exército, sobre empréstimos, sobre impostos, sobre allianças internacionaes, sobre regímen de colónias, etc., sam possiveis todas as transigências e possiveis todas as opposições, ou mesmo uma significativa abstenção ; e esse centro cathólico, que preconizâmos, está completamente livre de dar ou negar o seu apoio, porque não se comprometteu, por um programma partidário, a seguir esta ou aquella orientação. O que é necessário é que o apoio, a opposição ou a abstenção perante um projecto governativo,

seja *de todo o centro*, que a esta attitude todos sacrifiquem os seus modos de vêr pessoaes, os seus sentimentos partidários, as suas opiniões políticas, porque esse sacrificio significa apenas que se desiste temporàriamente do secundário para ganhar o principal. Que importa que nacionalistas possuídos e convencidos das excellências do seu programma político hajam, n'este caso, de votar alguma vez por fórma menos congruente com alguma these *política* do seu partido? quantas vezes não farám o mesmo os outros membros do Centro, que para elle viéram, destacados das fileiras dos legitimistas, dos progressistas, dos franquistas, ou dos regeneradores? Foi com táctica semelhante a esta que Windthorst levou Bismarck a Canossa, obrigando-o a pedir os favores do Centro allemão e a revogar as leis perseguidoras contra a Igreja Cathólica.

## XXII

*O centro e o Episcopado. — O procedimento dos nossos Prelados perante as invasões do poder leigo. Procedêram como devia: as circumstancias não lhes aconselhavam nem permittiam fazer mais. — Os nossos Bispos e a actual situação cachólica; seus desvelos. — O episcopado e o nacionalismo.*

Se a acção cathólica tomar esta feição no campo da vida politica, certamente triumphará, porque serám os Bispos os nossos immediatos dirigentes.

O leitor que nos tivér honrado com a sua attenção, fazer-nos ha a justiça de que temos exposto as nossas idêas com a máxima imparcialidade e com uma franqueza decidida. E porisso não tem de estranhar se escrevermos agora que, quem anda envolvido no movimento cathólico, deve, dezenas de vezes e quasi diàriamente, ter verificado, que sam vulgares, entre cathólicos, umas certas lamentações quanto á attitude do episcopado português, que é accusado de muitas fraquezas e transigências.

Repetimos mais uma vez o que acima fica escripto: não é a nós, simples ovelhas, que nos compete apreciar os actos dos pastores. Mas sem quebra d'este preceito, que foi sempre regra da nossa consciência, perguntaremos aos

que conhecem todas as condições da sociedade portuguêsa, se os nossos bispos podem fazer mais do que teem feito, sem comprometterem a sagrada causa de que sam apóstolos e regentes.

É muito facil invocar o procedimento grandioso dos bispos allemães, deixando-se encarcerar e sujeitando-se a todas as perseguições para arcarem de frente com o Chancellér de Ferro; mas os bispos, que assim procedêram e se immortalizáram, tinham a apoiá-los umas centenas de milhares de cathólicos, disciplinados e firmes, que, na sustentação dos direitos da sua consciência, não caíriam na menór tergiversação. Demais a Allemanha cathólica tem nas suas tradições históricas, firmadas em luctas memoraveis, o reconhecimento dos direitos inauferiveis da Igreja, o respeito que por Ella sempre testemunhou o poder real, a independencia dos Prelados no govêrno da sua diocese, e é dos raros povos onde em algumas dioceses ainda vigora o direito geral, segundo o qual sam os cabidos que elegem os Bispos. Em troca d'isto, em Portugal a tradicção dá-nos o poder civil arrogando-se direitos que sam exclusivos da Igreja e que esta não lhe transferiu por nenhuma concordata, dá-nos um pesado e asphyxiante regalismo que saturou o nosso organismo nacional.

Se nos lembram a attitude firme do episcopado belga perante os decretos do ministerio Frère-Orban, se nos recordam que os prelados usáram das censuras ecclesiasticas contra aquelles que se aproveitassem das escolas leigas, e que em pastoraes para sempre memoraveis analysáram a obra governativa, pondo em evidência quanto ella era anti-cathólica, responderemos que, pela constituição belga, nenhum laço se estabelece entre os Bispos e o go-

vêrno, que o poder leigo nada podia, nem póde contra elles, porque não tinha, nem tem, disposição que permitta impedir a publicação das suas pastoraes ou attingi-los directa ou indirectamente no exercicio do seu ministerio. E o bispo belga rege rebanhos obedientes, que sabem que a sua fé lhes impõe a obrigação de ouvirem a voz do Pastor constituido pelo Espirito Santo.

Contra as invasões do poder civil, os nossos Bispos fizeram sempre o que, *nas condições da vida religiosa* de Portugal, lhes era possivel fazer: representar contra ellas, protestar pelos seus direitos e pela independência e liberdade da Igreja. Se fossem mais longe, se rompessem a lucta, conseguiriam apenas evidenciar a falta de disciplina entre os cathólicos, e provocar medidas governamentaes ainda mais oppressivas do que aquellas contra as quaes reclamavam e protestavam. Qualquér dos bispos portuguêses á frente de uma diocese allemã ou belga, procederia como procedêram o arcebispo de Posen ou o arcebispo de Malines; os mais notaveis dos bispos d'aquelles países, collocados á frente das dioceses portuguêsas, não fariam mais do que fizéram os nossos bispos. É muito bonito e muito cavalheiroso sonhar combates porfiados em defêsa dos direitos sagrados da Igreja; mas os que governam os povos, os que pastoream rebanhos, e do seu govêrno e pastoreamento ham-de dar severas contas, não pódem imprudentemente armar em pé de guerra, sem terem em attenção o theatro onde ha-de desenrolar-se a acção, o número, a disciplina e o armamento dos combatentes.

Ao grupo de cathólicos praticantes e militantes, que na defêsa da Igreja empenha os seus esforços, nunca, absolùtamente nunca, os bispos portuguêses faltáram com o seu auxílio material, com a sua approvação e com o seu concurso, ora para estimular ao trabalho, ora para moderar impaciências contraproducentes. Elles teem sido protèctores desveladissimos dos circulos cathólicos, aonde vam amiúde presidir a sessões operárias; elles assumem a alta dirècção dos congressos das aggremiações populares e cedem as salas dos seus paços para trabalhos das commissões; elles protegem, mesmo materialmente, as nossas revistas e jornaes religiosos; elles põem-se á frente de núcleos mais ou menos numerosos do seu rebanho e vam afervorar-lhes a piedade, ajoelhando com elles diante da gruta de Lourdes e aos pés do Pontífice romano; elles reünem-se annualmente em Lisboa para estabelecerem entre si, segundo as instrucções do Papa, «uma communidade e união de pareceres e uma uniformidade de acção», para resolverem o que, *attentas as circumstâncias*, póde e deve fazer-se; elles, finàlmente, envidam os seus esforços para avigorar o movimento cathólico, para engrossar este ainda pequeno e mal disciplinado exército de combatentes, no qual esperam apoiar-se para, em um futuro mais ou menos breve, metterem ombros á emprêsa de acabar com a escravidão da Igreja em Portugal.

Que mais querem, pois, aquelles que sam tam faceis na crítica?

Dirham, como tantas vezes temos ouvido, que os nossos bispos ainda não perfilháram o partido nacionalista,

nem a isso parecem dispostos. Ora quem, sem facciosismo de espécie alguma, encarar o procedimento dos nossos bispos para com o partido nacionalista, reconhecerá que elle tem sido digno e correctíssimo Como partido cathólico, abençôam-no, como o abençôa o Papa, porque todos os pontífices amam paternàlmente os que á Igreja tributam reverência e seus direitos reconhecem e defendem; mas como partido político, ha a attender que a sua posição, as suas responsabilidades e o proveitoso exercício do seu munus pastoral, impõem aos Bispos uma prudente abstenção, porque elles congrégam o seu rebanho em nome de Christo e não o fazem marchar em nome de um programma de partido, nem fôram constituidos pelo Espirito Santo para patrocinar movimentos *partidários*.

Mas se do campo *partidário* do nacionalismo a acção política dos cathólicos se transferir para um centro como n'este escripto defendemos, podemos estar seguros de que havemos de encontrar sempre o nosso Bispo combatendo comnosco e dirigindo o nosso combate, segundo as phases pelos quaes elle dever passar, ajustadas ás condições do momento e sem precipitações que compromettam o bom exito da campanha. O Bispo, n'estas condições, não vem intrometter-se na vida de um partido ; vem cumprir o dever, a que nunca se recusou, de defender os direitos da Igreja e de reconquistar a sua liberdade, dirigindo o combate com a prudencia que não é incompativel com a firmeza, e com a opportunidade que é garantia da victória ; vem no meio de cathólicos, e perante os poderes públicos, nas assemblêas legislativas onde tivér assento, propugnar, ao mesmo tempo, por uma legislação social que é, no fim de contas,

um dos objectivos d'esses congressos das Aggremiações Populares Cathólicas, aos quaes elle tem dado todo o seu patrocínio, e a cujos trabalhos elle próprio tem presidido. Se n'este movimento, o Bispo tivér de se levantar contra partidos, se se declarar em opposição a núcleos partidários com representação no govêrno, não é contra as suas idéas *politicas* que o Bispo se defronta, mas só contra as suas intrusões no campo da religião, contra as suas violências aos direitos da Igreja, e tambem contra a sua falta de caridade em não correrem em soccôrro dos pobres e dos desprotegidos.

## XXIII

*Facil constituição do centro: o actual estado da camara dos pares. — Como começará o centro a sua acção. — O legislador cathólico perante o estado religioso, moral e civil do país.*

*Quod volumus facile credimus*: não sabemos se nos será applicavel este velho aphorismo, affirmando que é convicção nossa de que um centro parlamentar cathólico, segundo as idéas que temos exposto, póde, com boa vontade, organizar-se desde já. Olhando para a nossa cámara alta, onde todos os bispos do continente teem assento, e onde ha muitos pares do reino de comprovados sentimentos religiosos e até de manifesta piedade, não será talvez difficuldade insuperavel organizar esse programma commum de reivindicações cathólicas e sociaes, a cuja satisfação todos sacrifiquem as suas divergências ou as suas affinidades partidárias.

E esse núcleo devidamente constituido póde, nas actuaes condições d'aquella cámara, tornar-se o árbitro do seu funccionamento e favorecer a constituição de um pequeno centro parlamentar na cámara baixa : bastará saber usar das circumstáncias e impôr-se ao governo para que, nas próximas eleições, respeite religiòsamente a votação dos cathólicos, não os esbulhando da representação que o

suffrágio lhes attribuír, e para que com as fôrças cathólicas pactúe accordos eleitoraes. Se o terror conseguiu do governo que este *désse* vários deputados a um agrupamento partidário que em nenhum concelho do país dispõe de forças eleitoraes para disputar uma cámara municipal, não é demais que os pares cathólicos consigam tambem do govêrno que este *deixe* eleger deputados cathólicos em alguns circulos do continente e das ilhas.

Nos seus inícios, a acção parlamentar do centro cathólico tem de ser muito moderada e pouco mais representar que uma opinião conservadora. Mesmo que por uma mutação da scena política, o actual partido nacionalista fôsse chamado a gerir os negócios públicos, elle não poderia, só porque dispunha da fôrça do poder, dar satisfação á maiór parte das reclamações justissimas dos cathólicos. Um povo não é uma barra de ferro que póde endireitar-se ás martelladas; uma nação é um organismo com o seu estado physiológico e o seu estado pathológico. A acção do govêrno deve vir a tempo, no logar próprio e com uma justa, cabida e ponderada energia. Um govêrno, que, no seu funccionamento, caísse em uma heterochronia, uma heterotopia ou uma heterometria, aggravava a doênça em vez de curá-la. A mesma substancia é medicamento e é veneno conforme a dose e as condições do organismo; os principios mais santos e mais augustos não se applicam integrálmente a uma sociedade sem esta estar preparada para recebê-los. O legislador cathólico, que fôsse chamado a dirigir os nossos negócios públicos, não podia deixar de considerar que o povo, para o qual tinha de legislar, pos-

sue fortes taras hereditarias de regalismo, é constituido por uma enorme massa de individuos sem sufficiente instrucção religiosa, é batido por violentas correntes de livre-pensamento, que mais ou menos se apoderáram da intellectualidade do país, e só uma pequena minoria é que é formada por cathólicos integraes. O Portugal de hoje só é cathólico á face da Carta constitucional.

Ora o centro cathólico tem de ponderar todas estas circumstáncias que condicionam o modo de ser do país, e a sua acção parlamentar e governativa não surtirá os fructos que tanto appetecemos, emquanto por nosso esforço, pela nossa acção social, pelos nossos jornaes, pelos nossos circulos cathólicos, pelas nossas escolas, etc., não prepararmos a sociedade para a nova phase em que desejamos collocá-la. Se depressa quiséssemos chegar ao fim, provocariamos a reacção das correntes que nos sam adversas sem ter ainda sufficientemente avigorado as que nos sam favoraveis, e caïriamos diante dos nossos inimigos. Um govêrno cathólico tem de proceder, para rehabilitar um país, por um processo semelhante ao de que se servem os govêrnos sèctários para o deschristianizar. Estes, apesar de terem no seu programma e como principal fim a destruïção da Igreja, não se atrevem a usar da fôrça que lhes dá o poder para, de um dia para o outro, decretárem a expoliação dos templos, o encerramento dos seminários, a proïbição do culto público, etc., porque contam com os cathólicos, sabem que a perseguição os levantará, e só chegam a este ponto extremo, depois de terem feito progredir a deschristianização geral e de terem successivamente enfraquecido as hostes do catholicismo. Pois tambem nós, os cathólicos, devemos contar com os chamados

anti-clericaes, com o seu número e com a sua ousadia, com as perturbações económicas e políticas que elles pódem provocar, com a opposição que uma legislação precipitada desencadeará, lançando o país nos paroxismos d'uma lucta fratricida, compromettendo a sua independência e sepultando nas suas ruínas os próprios cathólicos que quiséram salvá-lo, e salvá-lo-hiam, se soubessem ser mais prudentes, ajuntando a acção ás circumstáncias. Se hoje subisse ao poder um governo cathólico, estamos convencido de que seriam os próprios cathólicos quem, com as suas imprudências e exigencias, o lançaria por terra.

No campo da acção política, n'esta sociedade minada por ódios, sujeita a explosões de radicalismo e parecendo caminhar para aquelle pavor de uma situação em que seja a rua quem governa, a acção de um centro cathólico tem de começar por ser mèramente conservadora, procurando apoiar-se n'aquelles elementos que, sem serem cathólicos praticantes, sam comtudo amigos da ordem e vêem, na manutenção e revigoração do principio religioso, uma imperiosa *conveniência*, uma grande *utilidade* social. É assim que o centro póde fazer votar as primeiras medidas governativas tendentes a defenderem a ordem e a coïbir a propaganda revolucionária e demolidora que se faz em escolas que a mais rudimentar prophylaxia social exige que sejam immediàtamente encerradas.

## XXIV

*O bloco conservador. — Logar que n'elle deve occupar o centro catholico. — Como os catholicos devem favorecer a união parlamentar e governativa do centro. — As três armas do exercito cathólico: a imprensa, a escola e as associações de classe. — Serviços auxiliares: «semanas sociaes» e «congressos da acção cathólica». — A união de todos os cathólicos. — Paz ou guerra: a victoria.*

Falla-se vàgamente na formação de um grande bloco conservador. Bemvindo elle seja: ha muitos mêses que na imprensa sustentámos quam urgente era a sua formação. Se nós, os cathólicos, organizarmos o nosso centro e lhe indicarmos que o seu introito na vida política consistirá em ser um dos elementos componentes d'esse bloco, mostraremos afim que já aprendemos a começar as nossas emprêsas pelo princípio, e não pelo meio ou pelo fim.

E emquanto esse bloco fôr prudentemente realizando a sua obra de simples conservadores, iremos nós todos disciplinando as nossas forças, propagando o programma religioso-social do nosso centro, incitando todos os cathólicos a filiarem-se n'elle, multiplicando assim os nossos suffrágios, augmentando o numero de nossos deputados e fazendo atravessar a opinião pública de uma corrente cathólica que prepare o país para que o Centro entre, pro-

fícuamente, e seguro da victória, na phase combativa das suas reivindicações.

Para isto, urge que a acção cathólica assente em um plano uniforme de trabalhos; que a nossa imprensa escolha, com o maior criterio, os seus processos de combate, que a orientação dos nossos jornaes seja perfeitamente definida e em ordem a evitar que, de número para número e até no mesmo número, não appareçam críticas divergentes ou contradictorias a propósito do mesmo assumpto; que as nossas aggremiações, qualquér que seja o seu nome, estudem bem o meio em que teem de actuar e assentem um plano de trabalho que se executará através de todas as difficuldades e sacrifícios; e que, com uma preferência muito especial, demos o melhor dos nossos esforços, a parte mais copiosa dos nossos recursos á abertura de escolas cathólicas por esse país fóra, para que os possiveis insucessos da nossa propaganda perante os adultos de hoje sejam compensados com a fé operosa dos homens de amanhã. E abrir uma escola não é escolher um professor, destinar-lhe uma casa e deixá-la viver com três ou quatro creanças que a frequentem: abrir uma escola é assegurar-lhe a frequência, chamando a ella a criança, dando-lhe roupas e alimentos, encantando-a com as suas festas, velando tanto pela sua saúde physica como pela sua saúde moral. N'este ponto, os nossos inimigos teem mostrado que sabem, muito melhór do que nós, como é que se faz propaganda...

O nosso exército deve constar de três armas principaes, que precisâmos de organizar com todo o desvélo: a *imprensa*, hoje mais efficaz que o púlpito; a *escola*, que é

uma lettra que descontâmos sobre o futuro; e as *associações de classe,* que sam a melhór fórma de levarmos os nossos princípios á parte mais numerosa da sociedade.

Para que a nossa imprensa se isente de certos defeitos que n'ella parecem avolumar-se, para que faça a devida revisão aos seus processos de combate, para que entre todos os escriptores se estabeleça uma unidade de acção e de vistas que intensifíque a nossa propaganda, livre de todo o jacobinismo, que é sempre censuravel, seja qual fôr a sua côr, de bom conselho nos parece intentar-se uma nova *conferência dos jornalistas e escriptores cathólicos.*

Á escola, urgente é que dediquêmos grande parte dos nossos recursos. É n'esse campo que os inimigos da religião estám trabalhando com verdadeiro denôdo, e nós ainda não lhe oppusémos resistência séria. Ha poucos mêses, cêrca de mil professores primários lavráram o seu protesto contra o congresso pedagógico de Lisbôa, que foi uma parada de fôrças demolidoras, e nós não soubémos aproveitar esse movimento para oppôr a um congresso outro congresso. Em quasi todas as paróchias dos grandes centros, o livre-pensamento abriu uma escola; em poucas frèguesías, os cathólicos lhe oppuséram uma escola cathólica: e ao passo que essas dezenas de escolas leigas fazem actos de ostentação que suggestionam o povo, as nossas vivem tam ignoradas que muitos cathólicos nem sabem da sua existência.

Quanto ás associações de classe, estamos convencidos de que os nossos círculos cathólicos devem agrupar operários e patrões e constituírem, em cada localidade,

uma federação de pequenas corporações de artes e offícios, formada cada uma por um mestér ou vários mestéres affins. É necessário que a sociedade saiba, pela lição irrecusavel dos factos, que n'estas instituições, àlem de aulas, sessões solemnes e educação moral de operários, se fazem trabalhos de outra naturêsa que respeitam á productividade do trabalho, ao bom fabríco dos productos, aos progressos da téchnica industrial, á repressão das fraudes e das falsificações, á distribuïção da população operária, á melhoría do meio económico em que o operário vive, á sua instrucção social, etc.

A estas três armas — *imprensa*, *escola* e *circulos cathólicos*, viriam juntar-se todos os demais serviços auxiliares do nosso exército, como sam os institutos de piedade e de beneficência, a obra das conferências, os centros eleitoraes, as ligas de propaganda, etc. Teriamos os nossos exercícios de quadros e as nossas grandes manobras: aquelles seriam as *semanas sociaes,* que é preciso introduzir em cada uma das nossas dioceses; estas consistiriam em grandes *Congressos da Acção Catholica* que se reüniriam, pelo menos, de dous em dous annos.

---

É esta a orientação que, em nosso entender, se deve imprimir á acção cathólica no campo político e social.

A continuarmos pelo caminho que temos trilhado, convencido estamos que desperdiçamos uma enorme somma de energias sem colhermos os fructos que deviam corresponder a tamanho trabalho. O plano que apontâmos pa-

rece-nos o mais simples na sua execução e o mais efficaz nas suas consequências.

E se, realizando-o, lográssemos vêr reentrar no theatro da nossa acção essa plêiade de cathólicos de extraordinários merecimentos, que passáram entre nós como fugitivos e fulgentissimos meteoros, e que, ou mal apreciados ou incomprehendidos, se afastáram das nossas fileiras, nas quaes aínda ninguem é de mais — então, com indefectivel confiança, poderiamos dizer aos inimigos da Religião e da Igreja, que todos os dias nos estam provocando para uma lucta implacavel, o que Windhtorst serenamente disse um dia a Bismarck, como fecho de um monumental discurso :

« Queremos a paz, se a pudérmos obter ; mas se vós no-la recusaes, continuaremos o nosso combate, e.. **venceremos** ».